

MagisCultura



Revista de cultura e arte dos magistrados mineiros

Mineira

Setembro de 2011

300 anos das vilas do ouro

**Tempo e memória
em Pedro Nava**

**Estrada Real,
o caminho dos imperadores**

E MAIS: poesia, história, Manuel Bandeira, JK

6

OPERTAS A
SA SENHOR
ROSEARIO E
YA BVIGI

SUMÁRIO



Endereço para correspondência:

R. Albita, 194 . Cruzeiro

Belo Horizonte . MG

CEP 30310-160

Tel.: 31 3079-3487

magiscultura@amagis.com.br

www.amagis.com.br

ENSAIO

Tempo e memória em Pedro Nava

Rogério Medeiros Garcia de Lima

4



Três séculos das três primeiras vilas de Minas

Ângelo Oswaldo de Araújo Santos

14



O Caminho Novo: a real estrada do Imperador

Doorgal Andrada

18



POESIA

Um tango na alma

Renato Jardim

22



Falta-me tempo para morrer

Aldina de Carvalho Soares

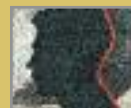
23



A caixa preta

Glayco Firpe

24



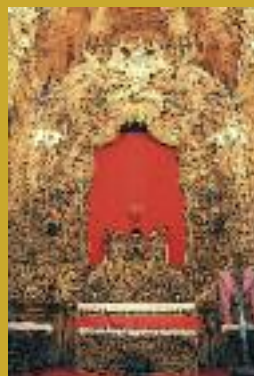
Retratos na parede

José Altivo Brandão Teixeira

25



CAPA



Fonte: *História, arte e sonho na formação de Minas*, de Mauro Werkema

Foto: Márcio Carvalho

Altar da Igreja de Santa Efigênia, Ouro Preto

Devoção negra, ornada com motivos afro-brasileiros, a Igreja de Santa Efigênia talvez seja, dentre todas as do circuito histórico mineiro, a que mais reflete as lutas sociais e raciais dos primeiros tempos do ciclo do ouro. A igreja está ligada à história / lenda de Chico Rei, iniciador do 'reinado' ou 'reisado', manifestação do sincretismo religioso-cultural que se instalou nas terras das minas. Esses festejos teriam ajudado na construção de uma primitiva capela em devoção a Santa Efigênia, a partir de 1717, erigida no mesmo local da igreja atual, concluída, provavelmente, em 1785, embora ostente no frontispício a data de 1762. Diz a lenda que as negras dos cortejos, com as cabeças cheias de ouro em pó, o depositavam, como donativo, na pia batismal, ainda conservada na Igreja, logo à direita de quem entra. Na construção da igreja trabalharam os melhores artistas de Vila Rica, como o mestre Manoel Francisco Lisboa, pai do Aleijadinho, o entalhador Francisco Xavier de Brito e o pintor Manoel Rebelo e Souza.

ENSAIO

Manuel Bandeira
**A poesia salvou do “mau destino”
o grande poeta**
Gutemberg da Mota e Silva
26



ARTIGO

Ao leitor, direito à censura
João Quintino Silva
32



CRÔNICA

Antes, agora, depois
José Fernandes Filho
35



ARTIGO

Juscelino Kubitschek
O mecenas da modernidade no Brasil
Daniel César Botto Collaço
36



**Os 150 anos da Itália unida e
a imigração italiana em Minas**
Luiz Carlos Biasutti
40



CARTA

43

EDITORIAL

O legado do ouro e do sofrimento

O vasto e riquíssimo acervo arquitetônico e artístico, especialmente o de origem sacra, é, certamente, a herança mais visível dos 300 anos do chamado ciclo do ouro de Minas Gerais. Mas ousar dizer que não é a mais importante.

Mais significativo é o legado cultural resultante daquele caldo formado pela presença do colonizador europeu, subjungando, mas também interagindo, com os escravos afros e indígenas, seja, no primeiro momento, para saquear nossas riquezas, seja para aqui buscar sua própria sobrevivência, tornada impossível na metrópole.

Foi esse caldo, em que foi decisiva a presença dos componentes “formação cultural e ação política”, no dizer de Afonso Arinos de Melo Franco, que deu origem ao que costumamos chamar de ‘mineiridade’, conceito que não deve ser confundido com os de ‘mineirismo’ ou de ‘mineirice’, como adverte o próprio Afonso Arinos.

Essa rica mineiridade produziu artistas como Antônio Francisco Lisboa, Manoel da Costa Ataíde e Pedro Nava e personalidades como Tiradentes e Juscelino Kubitschek, tornados personagens desta nova edição de *MagisCultura*, mais uma vez abrindo espaço para o talento dos magistrados mineiros.

Que a riqueza cultural desse legado, todavia, não nos faça esquecer que ele foi conquistado à custa de muito sofrimento, em especial o de escravos e indígenas aprisionados.

Não por acaso, escolhemos uma imagem da igreja de Santa Efigênia para nossa capa, pois ela é a síntese da riqueza proporcionada pelo ouro com a qualidade artística, mediada pelo sofrimento dos escravos.

Boa leitura a todos.

Bruno Terra Dias
Presidente

MagisCultura

Mineira

Amagis - Diretoria Triênio 2010-2012

Presidente: Juiz Bruno Terra Dias

Vice-presidente Administrativo: Desembargador Herbert Carneiro

Vice-presidente Financeiro: Desembargador Luiz Audebert Delage Filho

Vice-presidente de Saúde: Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos

Vice-presidente do Interior: Juiz Antônio Carlos Parreira

Vice-presidente Sociocultural-Esportivo: Juiz Maurício Torres Soares

Vice-presidente dos Aposentados e Pensionistas: Desembargador Tibagy Salles Oliveira

Diretora-secretária: Juíza Maria Luíza Santana Assunção

Subdiretora-secretária: Juíza Ivone Campos Guillarducci Cerqueira

Diretora de Comunicação: Juíza Rosimere das Graças do Couto

Diretora do Centro de Estudos da Magistratura: Desembargadora Jane Ribeiro Silva

Vice-diretor do Centro de Estudos da Magistratura: Juiz Luiz Guilherme Marques

Diretores Culturais: Desembargador Guilherme Luciano Baeta Nunes, Juíza Mariângela Meyer Pires Faleiro e Juiz Mauro Simonassi

Conselho Deliberativo: Juiz José Aluísio Neves da Silva (presidente) e Juiz Michel Curi e Silva (secretário)

Revista de cultura e arte dos magistrados mineiros

ISSN 1984-5081

Assessores Especiais da Presidência: Juiz Nelson Missias de Morais, Juiz Lailson Braga Baeta Neves, Desembargador Doorgal Gustavo Borges de Andrada, Desembargador Tiago Pinto, Desembargador Reynaldo Ximenes Carneiro, Desembargador Márcio Aristeu Monteiro de Barros e Ministro Paulo Geraldo de Oliveira Medina

Coordenador de Comunicação: Bruno Gontijo (MTb - MG 11008)

• **Conselho Editorial:** Juiz Maurício Torres Soares (presidente), Desembargador Célio César Paduani, Juiz Daniel César Botto Collaço, Desembargador João Quintino Silva, Desembargador Luiz Carlos Biasutti, Juiz Renato César Jardim, Jornalista e escritor Carlos Herculanu

Diretor da Revista: Juiz Renato César Jardim

Editor Responsável: Jornalista Manoel Marcos Guimarães (JP 1587/MG)

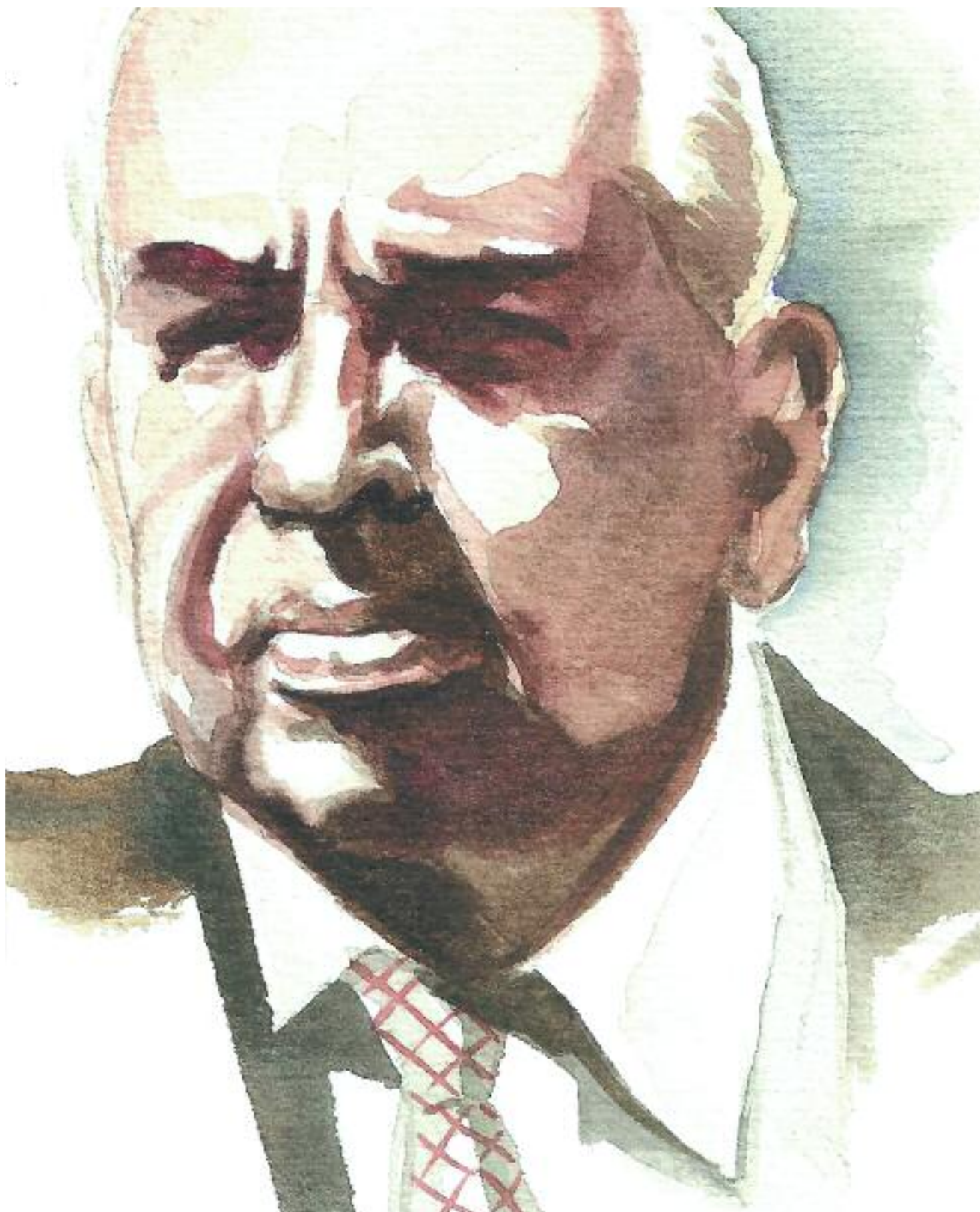
Proj. gráfico e editoração eletrônica: Rachel G. Magalhães (www.comunicatio.com.br)

Ilustrações: Sandra Bianchi

Impressão: Rede Editora Gráfica

Tiragem: 2.500 exemplares

• **Envio de textos para publicação:** leia normas na terceira capa



Tempo e memória em Pedro Nava

Rogério Medeiros Garcia de Lima
Desembargador do TJMG

“Pedro Nava surpreende, assusta, diverte, comove, embala, inebria, fascina o leitor, com suas memórias da infância.” (Carlos Drummond de Andrade, Baú de Surpresas; in NAVA, Pedro, *Baú de Ossos*, 1983, p. 7).

“Uma das gratificações de uma longa vida é poder revisita-la. É ser capaz de revê-la nos seus esplendores, medos, dúvidas e angústias”. (Roberto DaMatta, *A fonte da juventude*, 08.06.2011).

Faleceu uma “tia afetiva” muito querida em São João del-Rei, minha terra natal. Na ocasião, lembrei a infância e os fins de tarde de domingo, quando, acompanhado por meus pais, lanchávamos na casa da saudosa “tia”. Acorreram-me à lembrança o café puro e as deliciosas torradinhas de polvilho, fabricadas em conhecida padaria da cidade.

Nessa viagem da memória, evoquei o romancista francês Marcel Proust, que publicou, no início do século passado, sua obra-prima *Em busca do tempo perdido* (*À la recherche du temps perdu*): o tempo, aparentemente perdido, pode ser resgatado pela memória.

Em passagem de *No Caminho de Swann* (1982:31-33), Proust molhou a *madeleine* – (“madalena”, espécie de bolinho francês) numa xícara de chá. O sabor da guloseima, num passe de mágica, acionou o caleidoscópio da memória do romancista, desde a meninice:

“É assim com o nosso passado. Trabalho perdido procurar evocá-lo, todos os esforços da nossa inteligência permanecem inúteis. Está ele oculto, fora do seu domínio e do seu alcance, nalgum objeto material (na sensação que nos daria esse objeto material) que nós nem suspeitamos. Esse objeto, só do acaso depende que o encontremos antes de morrer, ou que não o encontremos nunca. (...)”

“E de súbito a lembrança me apareceu. Aquele gosto era o do pedaço de madalena que nos domingos de manhã em Combray (pois nos domingos eu não saía antes da hora da missa) minha tia Leôncia me oferecia, depois de o ter mergulhado no seu chá da Índia ou de tília, quando ia cumprimentá-la em seu quarto.(...)”

“Quando mais nada subsistisse de um passado remoto, após a morte das criaturas e destruição das coisas – sozinhos, mais frágeis porém mais vivos, mais imateriais, mais persistentes, mais fiéis – o odor e o sabor permanecem ainda por muito tempo, como almas, lembrando, aguardando, esperando, sobre as ruínas de tudo o mais, e suportando sem ceder, em sua gotícula impalpável, o edifício imenso da recordação. (...)”

“Como nesse divertimento japonês de mergulhar numa bacia de porcelana cheia de água pedacinhos de papel, até então indistintos e que, depois de molhados, se estiram, se delineiam, se colorem, se diferenciam, tornam-se flores, casas, personagens consistentes e reconhecíveis, assim agora todas as flores do nosso jardim e as do parque do sr. Swann, e as ninfeias do Vivonne, e a boa gente da aldeia e suas pequenas moradias e a igreja e toda Combray e seus arredores, tudo isso que toma forma e solidez saiu, cidade e jardins, da minha taça de chá.”

Minhas lembranças pulsaram mais forte na mente. Recordei Pedro Nava, cujos livros são indelével referência na minha formação humanística. O escritor mineiro me introduziu a Proust.

De Juiz de Fora ao Rio

Pedro da Silva Nava nasceu em Juiz de Fora (MG), no dia 5 de junho de 1903, primogênito do médico José Pedro da Silva Nava e sua esposa Diva Mariana Jaguaribe. O pai faleceu prematuramente em 1911, quando moravam no Rio de Janeiro. Voltaram para Juiz de Fora. Em 1913, com a morte da avó materna Maria Luísa, a família mudou-se para Belo Horizonte. No ano seguinte, Pedro viajou para o Rio de Janeiro e se hospedou com os tios Alice e Antônio Sales. Foi matriculado no internato do Colégio Pedro II. Retornando a Belo Horizonte, em 1921 foi aprovado no exame de admissão ao curso de Medicina. Formou-se médico em 1927, na mesma turma de Juscelino Kubitschek de Oliveira. Trabalhou em Juiz de Fora e em Monte Aprazível (SP), até se estabelecer no Rio de Janeiro. Em 1943, com um grupo de intelectuais e políticos de Minas Gerais, assinou o Manifesto dos Mineiros. O documento continha críticas à ditadura de Getúlio Vargas. A atitude acarretou sua aposentadoria forçada do cargo que ocupava na Secretaria de Saúde da Prefeitura do Rio. No mesmo ano, casou com Antonieta Penido (Nieta). Em 1948, especializou-se em Reumatologia nos hospitais de Paris. De volta ao Rio de Janeiro, criou o Serviço da Reumatologia da Policlínica Geral e fundou a Sociedade Brasileira de Reumatologia. Em 1957, ingressou na Academia Nacional de Medicina. Poeta bissexto, em 1968, aos 65 anos de idade, começou a escrever suas memórias. Alcançou enorme sucesso com a publicação dos seis volumes de sua obra memorialística: *Baú de Ossos*, *Balão Cativo*, *Chão de Ferro*, *Beira-Mar*, *Galo-das-Trevas* e *O círio perfeito*. Suicidou no Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1984, aos 80 anos (fonte: Arquivo Pedro Nava, acervo de Pedro Nava na Casa de Rui Barbosa).

Zuenir Ventura escreveu impressionante relato da morte do memorialista (2005:163-164):

“O escritor mineiro Pedro Nava tinha pelo menos duas tarefas a cumprir quando um telefonema levou-o a se suicidar no domingo, 13 de maio de 1984: receber daí a dias o título de Cidadão Fluminense na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro e finalizar o sétimo volume de sua monumental série de memórias que começara com ‘Baú de ossos’, em 1972, e se encerraria com ‘Cera das almas’.

“Ele acabara de ler para sua mulher o discurso com que agradeceria a homenagem quando, às 21h, o telefone tocou. Nieta atendeu e uma voz masculina disse que queria falar com Pedro Nava. Ele pegou o aparelho, ouviu em silêncio o que lhe disseram do outro lado da linha, desligou e, transtornado, comentou que ‘nunca tinha ouvido nada tão obsceno ao telefone’. Sua mulher notou que ‘parecia que ele tinha recebido alguma chantagem’.

“Aproveitando a ida dela ao banheiro, ele pegou na gaveta um revólver calibre 32 que comprara havia quatro anos e saiu sem avisar pela porta dos fundos do apartamento. Perambulou pelo bairro da Glória, no centro do Rio de Janeiro, onde morava, e depois foi visto sentado na calçada, cabisbaixo, em meio aos travestis e prostitutas que costumavam circular na área. Às 23h30, junto a uma árvore, disparou um tiro na cabeça. Ia fazer 81 anos e era o nosso maior memorialista.”

O memorialista conta o que quer

Os livros de memórias de Pedro Nava foram bastante elogiados nos círculos literários. Para o crítico Wilson Martins,

“As pessoas ainda não se habituaram a aceitar a sua eminência ou admitir que um livro de memórias possa ter a altura das grandes obras literárias.”

Nava elaborou “um livro que desejaríamos infinito”. (*Baú de Ossos*, 1983, capa) Antonio Cândido registrou (*Baú de Ossos*, 1983, contracapa):

“Antes de abordar o estudo de sua obra, conviria lembrar que, se estamos habituados a tratar Drummond e Murilo (Mendes) na categoria dos maiores escritores, a presença entre eles de Pedro Nava pode espantar alguns, porque a sua revelação é recente e as pessoas ainda não se habituaram a aceitar a sua eminência ou admitir que um livro de memórias possa ter a altura das grandes obras literárias. Ora, justamente porque estou convencido desde o primeiro momento de que assim é, ou seja, de que Pedro Nava é um dos grandes escritores brasileiros contemporâneos, não hesitei em situá-lo na devida companhia.”

Baú de Ossos – o primeiro livro da série – recebeu o prêmio Pen Clube de 1973 e da Associação Paulista de Críticos de Arte de 1974.

Monique le Moing, biógrafa de Pedro Nava, descreve a obra do biografado e seu processo de criação literária (*A Solidão Povoada – Uma Biografia de Pedro Nava*, 1996, pp. 27 e 32):

“Escreve por necessidade. Para sair dele mesmo e reclamar contra as convenções e a educação hipócrita, para encontrar a sua própria imagem, para recriar o passado – ‘sou um recriador do passado’ -, testemunhar em favor da classe média brasileira e das dificuldades que ela encontra no dia-a-dia, contar os acontecimentos importantes dos quais participou ou de que foi testemunha, reter os relatos dos acontecimentos feitos pelos outros:

‘Existe uma necessidade que todos nós temos de fazer confidências (...) confissão. De tentar deixar consignado o espírito de um período (...) uma tendência à sobrevivência (...) É ato de vaidade e de defesa querer se segurar mais um pouquinho, através da memória dos outros.

‘Nasceu a necessidade de maior comunicação comigo mesmo (...) voltar para trás, ir ao passado (...) me interessou o livro como aplicação de minha vida, de meu tempo, e exploração de mim mesmo’.

“Pedro Nava se completa, se recompõe, se escolhe, se reencontra, ou melhor, reencontra a sua unidade na negação. Recusa da sua educação, dos interditos – recusa dos compromissos políticos e sociais, oposição radical aos valores do dinheiro. Tudo isto o conduz à atitude de desconfiança em relação às ideias recebidas, e de ódio em relação a qualquer dogmatismo. Torna-se anarquista meticuloso e discreto. Existe portanto uma distância surpreendente entre o Pedro Nava social e sociável, (...) conversando à vontade com os amigos, e o Pedro Nava das Memórias, violento, às vezes amargo como fel.”

Sobre José Egon Barros da Cunha, alter ego de Nava, le Moing acrescenta (1996:98-99):

“A originalidade de Pedro Nava no contexto dessa obra monumental é a criação do duplo: Egon. (...) Graças a essa dupla organização da ficção, ficção-fictiva que lhe oferece um certo ponto de vista, um certo retrocesso em relação a si mesmo, pode realizar uma decalagem de perspectiva muito interessante. Mais ainda: uma transposição de ponto de vista, de voz e de tempo que leva o leitor, e talvez o autor, a uma espécie de jogo entre autor-narrador e a ‘personagem’ que criou. Criação que não engana ninguém, e ele bem o sabe – jogo entre o testemunho fictivo e o leitor já avisado.

“A chegada do Egon no palco não passa de um álibi para oferecer uma outra apresentação de si mesmo, para dar e

receber uma imagem compatível com a que havia revelado até então. Podemos indagar sobre a intenção dele... Uma de suas respostas foi dada numa entrevista e poderá fornecer uma chave:

‘comecei a não ter mais liberdade de tratar certos assuntos em que me sentia colhido. (...) Eu não tinha muita coragem para dizer ‘eu faço, eu fiz’ ao passo que, com a simples criação do personagem – que eu sei que sou eu e que todo leitor inteligentemente reconhece que sou eu, o problema deixou de existir.’”

A biógrafa vasculhou os arquivos de Nava e encontrou anotações sobre sua técnica de escrever (1996:128-129):

“Penso bem a estrutura de um capítulo. Escrevo seu sumário, ou boneco, ou esqueleto. Procuo entre minhas notas cada uma que se adeque a cada item desse boneco. Numero entre estas notas a escolhida. Escrevo esse número ao lado de cada item do sumário. Escrevo e componho consultando um por um. Destruindo as fichas à medida que escrevia, conto isto a Drummond. Ele manda que eu guarde todas. Do fato de guardá-las nasceu mais respeito pelo meu escrito, pelo trabalho que ele me custa.”

O próprio Nava, durante entrevista à televisão em 1983, afirmou que o memorialista conta o que quer, o historiador deve contar o que sabe.

Pérolas literárias

Outras assertivas literárias recolhi em seus livros:

“A memória dos que envelhecem (e que transmite aos filhos, aos sobrinhos, aos netos), a lembrança dos pequenos fatos que tecem a vida de cada indivíduo e do grupo com que ele estabelece contato, correlações, aproximações, antagonismos, afeições, repulsas e ódios) é o elemento básico na construção da tradição familiar.” (*Bau de Ossos*, 1983, p. 23)

“Quem escreve é para ser lido. Certo, Monsieur de La Palisse. Mas sejamos sinceros acrescentando que muito do que escrevemos é para ser lido por nós mesmos. Não há ninguém, por mais pintado que seja, que não goste de lambe a própria cria.” (*Balão Cativo*, 1973, p. 268)

“Não é bem isto porque o passado e o presente não são coisas estáveis tornadas interpenetráveis pela memória que arruma e desarruma as cartas que vai embaralhando. O passado não é ordenado nem imóvel – pode vir em imagens sucessivas, mas sua verdadeira força reside na ‘simultaneidade’ e na ‘multiplicidade’ das visagens que se dispõem, se desarranjam, combinam-se umas às outras e logo se repelem, construindo não um passado, mas, vários passados. Fatias da grossura do ponto geométrico incessantemente cortadas do presente por uma espécie de máquina automática de fazer presunto. Seus roletes não caem em ordem obrigatória sobre o papel impermeável do embrulho. Vão e vêm segundo as solicitações da ‘realidade atual’ – também fictícia porque sempre em desgaste e capaz de instituir contemporaneidade com o passado, igual à que pode estabelecer com o futuro – tornando de vidro as barreiras do tempo. (...)”

“Importa a verdade? Ah! Pilatos, Pilatos... Para quem escreve memórias, onde acaba a lembrança? onde começa a ficção? Talvez sejam inseparáveis. Os fatos da realidade são como pedra, tijolo – argamassados, virados parede, casa, pelo saibro, pela cal, pelo reboco da verossimilhança – manipulados pela

“Para ele transfigurar,
explicar, interpretar
o acontecimento é
que é a arte do
memorialista.”

imaginação criadora. Foi bem assim? devia ter sido assim? ou é como se tivesse sido assim?” (*Balão Cativo*, 1973, pp. 287-288).

“Uma saudade, saudade de mim, de meus eus sucessivos, (...) uma saudade vácuo como a que tenho de meus mortos e que me surpreendi, dando ao ‘mim mesmo’ também irrecurável, como se eu fosse sendo uma enfiada de mortos – eu. Tudo tão recente mas já tão longe e logo deformado” (*Chão de Ferro*, 1976, p. 287).

“Os endereços que aponto são os de casas que vão morrer e que breve não existirão mais. Assim como acompanhamos avidamente a agonia dos que amamos para guardar para sempre a tirania de sua derradeira lembrança – acho que todos que passam diante de uma velha casa, de uma velha igreja, devem olhá-las como quem segura, se encosta, cheira, beija, lambe, degusta o corpo apetecido. É amar agora porque a mocidade foge.” (*Galo-das-Trevas*, 1981, p. 25)

Pedro Nava confessou certa vez que o memorialista é a forma anfíbia de historiador e ficcionista, e que ora tem de palmilhar as securas desérticas da verdade, ora nadar nas possibilidades oceânicas de sua interpretação. Para ele transfigurar, explicar, interpretar o acontecimento é que é a arte do memorialista.

Sobre o seu ofício anotou:

“Minhas memórias nasceram da minha disponibilidade. Meu único critério é ser fiel a mim mesmo, dizer sempre a verdade. Mesmo a morte não altera, para mim, os sentimentos afetivos. Não transformaria canalhas em santos só porque já morreram. Só escrevo o que penso. O ato de escrever me desopri-me, é mesmo uma libertação!” (*O Círio Perfeito*, 1983, contracapa)

“As providências, o mudar o papel na máquina, a viagem pelos dicionários, a busca nos livros, assistir à flor emergente que fazemos desabrochar – subindo e rompendo –, tudo faz o criador sair de si mesmo, fugir, romper sua solidão e conviver no imaginário sem os atritos da convivência real... a criação! Seu momento transcende a pessoa e faz que supere o que pensa de si próprio o criador. Há uma espécie de transe, de visita – é a boa loucura... (...)”

“É ocioso discutir os limites da literatura. Literatura é tudo aquilo feito com bom estilo, tudo que é bem escrito e que é tocado, ainda que de leve, pela mão da poesia.” (*O Círio Perfeito*, 1983, pp. 410, 411 e 413)

“A minha simpatia vai para os regimes nos quais o homem vive na sua grandeza, na sua plena liberdade e dignidade e com todos os seus direitos à educação, à liberdade, ao voto.”

De anarquista a socialista

Sobre leituras intensas e desorganizadas, na biblioteca do tio Antônio Salles:

“Leu tudo, sem ordem, sem processo e sem medida.” (Viana Moog: *Eça de Queirós e o Século XIX*)

“Foi assim que eu li. Seguindo o exemplo de tio Salles, que tinha imitado, sem saber, o que fizera Eça de Queirós. Diante da que se me oferecia tal qual um mar oceano – mergulhei! E me senti logo como peixe n’água.” (*Balão Cativo*, 1973, p. 190)

Em relação à política, Pedro Nava – como já assinalado – foi um dos signatários do Manifesto dos Mineiros:

“Durante o Estado Novo, a eficiente censura de Vargas à opinião pública tinha silenciado as vozes dissidentes. Antes de 1945, houve apenas uma declaração importante da oposição. Em outubro de 1943, um grupo de intelectuais e políticos de Minas Gerais emitiu um cauteloso manifesto, pedindo a redemocratização do Brasil e citando a história política de Minas Gerais como prova de que a liberdade de opinião e o governo constitucional eram aspirações naturais dos brasileiros.” (*Skidmore*, 1979:72-73)

Poderíamos imaginar que Nava, a exemplo de muitos políticos e intelectuais subscritores daquele manifesto contra o presidente Vargas, simpatizasse com o liberalismo burguês e o moralismo da União Democrática Nacional (UDN). No entanto, tinha sua peculiar posição política:

“Política, aqui no Brasil (...) é sempre a ideia de uma melhora que vem (...) aos nossos políticos falta essa qualidade,

essencial aos médicos: o prognóstico (...) sempre me sinto inseguro dentro do Brasil. (...)”

“Politicamente sou um socialista (...) depois de ter sido anarquista durante quase toda a minha vida (...) eu optei pelo socialismo para fugir do idealismo, do impossível, da quimera que é a anarquia. (...)”

“A minha simpatia vai para os regimes nos quais o homem vive na sua grandeza, na sua plena liberdade e dignidade e com todos os seus direitos à educação, à liberdade, ao voto.”

“Acho absurda toda censura qualquer que seja.”

“Acho que a pessoa tem mais direito ao médico do que ao delegado de polícia.” (*le Moing*, 1996:166-167)

Fazia leitura crítica do Brasil:

“País de analfabetos formados e analfabetos mesmo.” (*Galo-das-Trevas*, 1981, p. 112)

A descrença no homem

Nava era seco, irônico e, não raro, pessimista na sua visão de mundo e do ser humano:

“Ele tem uma admiração imensa pela mocidade, que acha fabulosa. De fato é a sociedade que corrompe o homem, os jovens merecem respeito. O que lamenta é que os seres amados não o criaram nessa ótica de vida numa sociedade onde falta o senso moral que a ele foi inculcado?”

“Três pessoas me fizeram o mal de me convencer que a vida era ótima, que todos os homens eram honestos, que todas as mulheres eram santas. Encontrei no meu dia-a-dia exatamente o contrário. (...)”

“Os ensinamentos de minha Mãe, de meus tios, me davam a ilusão de um mundo justo e bom criado à sua imagem e semelhança. Vim descobrir, à minha custa, como estava muito enganado, isto é, que a vida é má, o semelhante pior, o vizinho quando não indiferente é inimigo, que a inveja é o pão nosso de cinza de cada dia, que o homem domesticado é frequente no imanim e voltar à sua bruteza habitual.” (*le Moing*, 1996:27)

Coligi das suas memórias:

“Vinde a nós, ‘portugas’, ‘galegos’, ‘mondrongos’ – mesmo se fordes da mesma massa dos ‘degredados’ que chegaram com os primeiros povoadores. O que esses tão falados degredados eram, não tinha nada demais. Ladrões? Assassinos? Nada disto. Criminosos sexuais, simpáticos bandalhos. Basta ler as ‘Ordenações’ e verificar a maioria dos motivos de degredo para o Brasil: comer mulher alheia, deflorar, estuprar, ser corno complacente e mais, e mais, e mais ainda – entretanto, nada de se temer. Fazem lembrar as delinquências brejeiras de que um juiz mineiro que conheci, dizia, com inveja e depois de julgar – serem, exatamente, as que ele, juiz, tinha vontade de perpetrar...” (*Baú de Ossos*, 1983, p. 207)

“Fica-se envergonhado de pertencer à mesma humanidade – não digo dos pobres bajuladores primários, mas dos bajuladores aperfeiçoados que, não contentes de lamberem as solas dos que sobem, metem as suas na cara dos que caem.” (*Baú de Ossos*, 1983, p. 230)

“Com dez anos vim para o Rio.

Conhecia a vida em suas verdades essenciais.

Estava maduro para o sofrimento

E para a poesia’.

(Manuel Bandeira, ‘Infância’, in *Estrela da Vida Inteira*)

“Eu também. Com dez anos subi o nosso Caminho Novo,

mudado para Belo Horizonte. Já tinha provado tudo que nasce do contato com o semelhante. Amizade, carinho, ódio, rancor, ciúme, rudimentos de amor. Experimentara proteção, ajuda, perseguição, desamparo e a gelatina da indiferença. Fora preterido e escorraçado. Vedete e passado para trás. Sentira o arrocho dos círculos concêntricos do mundo e vira a Morte se intrometendo. Aprendera a carne, começando pela pornografia. Sabia chorar e dissimular. Conhecia, pois, a vida em suas verdades essenciais e estava pronto para a transida solidão da poesia. Vai, Pedro! toma tua carga nas costas e segue." (*Balão Cativo*, 1973, p. 85)

Compôs trovinha para o Príncipe, seu cachorro de infância (*Balão Cativo*, 1973, p. 67):

"Pela estrada da vida subi morros,
Desci ladeiras, e afinal te digo:
Se entre os amigos, encontrei cachorros,
Entre os cachorros, encontrei-te, Amigo!"

Recorda o presidente da República Nilo Peçanha, que gostava de passear na praia de Icaraí, em Niterói, onde morava. Era casado na aristocracia fluminense e o casal presidencial não tinha filhos:

"Todo seu carinho e da esposa pertenciam ao cachorrinho peludo que criavam e que era chamado 'Jiqui'. Esse nome era repetido com unção pelos engrossadores que viviam presenteando o totó com coleiras luxuosas onde ele vinha gravado em plaquinhas de prata ou de ouro. Todos adoravam o Jiqui..." (*Chão de Ferro*, 1976, p. 112)

Da importância de ser honesto

"Como traduzir? mais corretamente 'honest'. Por honesto, evidentemente, e por extensão, analogia, também por verdadeiro, autêntico, genuíno, natural, intrínseco, básico, fiel, direito, verossímil. Quem tem dessas qualidades é correto e puro. E se é assim, tem vergonha. Então é lícito verter o texto shakespeariano.

– Que horas são?
– São horas de ter vergonha." (*Galo-das-Trevas*, 1981, p. 5)

"A vida é um romance sem enredo' (de um manuscrito de José Egon Barros da Cunha)." (*O Círio Perfeito*, 1983, p. 19)

Não era hipócrita nos seus desafetos, como revela o alter ego Egon:

"Logo concebeu um ódio que longe de atenuar, o tempo foi acrescentando. Durou vida afora, chegou até às eras de todos no Rio. Hei de mijar na cova desses putos! pensava o Egon. Não mijou. Mas foi muito gratificado que leu-lhes o necrológio nos jornais anos e anos depois. Desejou que a terra lhes fosse leve – com o Pão de Açúcar por cima e o Corcovado de quebra..." (*Galo-das-Trevas*, 1981, p. 154)

Todavia, temperava o fel com a admiração confessa pelos grandes professores. Numa entrevista veiculada na década de 1980, dizia que o homem decente que está ensinando, mesmo sem querer, infunde sua decência no jovem que está aprendendo. Citava Mendes Pimentel: "O lente é o aluno mais experiente." (*O Círio Perfeito*, 1983, p. 56)

E mais:

"Essa última qualidade – o preparo e o amor ao estudo – é que faz os doutores mais cheios de coleguismo e comportamento confraternal. O duro que dão em cima livros, o trabalho

que dá o bem saber – fazem-nós valorizar essas qualidades nos outros e o tempo passado debruçados nos livros e nos doentes não tem intervalos de folga para a mexida, a fofoca, o dizquedisse, a intrigalhada, a perfídia, a calúnia. A certeza do próprio valor cria os tolerantes com o valor alheio." (*Galo-das-Trevas*, 1981, p. 366)

Medicina e bondade

Em Pedro Nava, casaram-se o médico e o humanista:

"Ensinava, honestamente, que as doenças não têm cura mas que todas têm tratamento. Este é outro segredo do médico. Auxiliar o equilíbrio somático acompanhando a natureza na sua reconstrução provisória. Nunca remando contra a maré. Sabendo desde o princípio que toda a Medicina é o ato gratuito de saber diagnosticar. Depois medicar pouco e na hora, não ser ativista terapêutico. Entender o doente. Conversar com o doente. Saber ouvi-lo com paciência. Amparar com o remédio sintomático. Consolar com a presença, a palavra oportuna, a bendita mentira, o santo perjúrio. Ser bom e simples. Guardar e repetir a cada instante a melhor coisa que ensinou Miguel Couto em frase um pouco rebuscada: 'Se toda a Medicina não está na bondade, menos vale dela separada.' (...)

"Foi citado várias vezes o grande Couto. Talvez seja a necessidade de lembrar um nome de nossa Medicina que não deve ser olvidado. Não posso nunca esquecer da pergunta que ouvi, há bem seus muitos anos, de interno meu – sextanista – que diante de minha insistência em citar aquele médico perguntou-me – 'Mas Doutor Nava, afinal quem era esse Miguel Couto em quem o senhor tanto fala?' Isso se passou com um



Ilustração a partir de foto do menino Nava no colo da ama

doutorando de 1949 – apenas quinze anos depois da morte desse que, a seu tempo, era o maior médico brasileiro – a própria encarnação da Clínica Médica Brasileira... Preste-se ao menos atenção ao fato de existirem no Rio – uma rua e um hospital com o nome ilustríssimo.” (*Galo-das-Trevas*, 1981, p. 404).

Sobre o médico, colega e amigo Joaquim Nunes Coutinho Cavalcanti escreveu:

“Durante toda sua longa vida de médico ele veio conservando muita coisa do tanto que aprendera com seu amigo não só tecnicamente, como na profissionalidade e no desinteresse a que está sempre obrigado o médico diante do doente pobre. Humildemente obrigado diante do doente pobre... E na certeza de que não está praticando caridade nem fazendo um favor. Apenas cumprindo uma obrigação. (...)”

“É preciso acrescentar aqui suas qualidades humanas. A bondade, abnegação, a participação, o altruísmo, seu sofrimento com o sofrimento alheio, seu interesse que ia além do ‘caso clínico’ para estender-se ao homem, a suas lutas, suas misérias, sua posição social, seus pensamentos, seus sofrimentos. Era o médico dotado do poder de desdobrar-se no pai, no irmão, no companheiro, no amigo, no mentor de seus clientes.” (*O Círio Perfeito*, 1983, pp. 128 e 149)

Amizade mineira

Travou sólida amizade com Afonso Arinos de Melo Franco, desde 1915, quando foram contemporâneos no Colégio Pedro II, Rio de Janeiro. O convívio rendeu belas citações sobre amizade:

“A gente se conhece no colégio, vira amigo, convive de irmão, de confidente. Isto é sentimento para sempre. Uns perdemos de vista. Outros reencontramos no caminho da vida, logo com a mesma afeição e a mesma confiança de amigos. Passaram anos e logo retomamos. Porque nos conhecemos e sabemos que somos os mesmos: porque cada homem bom ou mau traz dentro de si, com qualidades positivas ou negativas, o menino que nasceu assim.” (*Chão de Ferro*, 1976, p. 114)



“A amizade assenta-se na coincidência de gostos ou de interesses – também os intelectuais – de duas pessoas.”

“Está explicada a razão do bem querer de um pelo outro – porque a amizade assenta-se na coincidência de gostos ou de interesses – também os intelectuais – de duas pessoas. E ela só se conserva mantida por esses elos.” (*O Círio Perfeito*, 1983, pp. 320 e 391)

Amizade e admiração eram recíprocas entre Afonso Arinos e Pedro Nava. Arinos fez referência a figuras notáveis de sua geração, inclusive Pedro Nava “escrevendo a monumental obra autobiográfica, um panorama sociológico formidável.” (*Afonso Arinos na UnB*, 1981, p. 24)

A solidão no trem, a fala com Deus

Nava descobriu a solidão durante viagem de trem ao Rio de Janeiro, para estudar no Colégio Pedro II:

“Descobri apavorado e encantado que eu era um indivíduo autônomo destinado a viver minha própria vida e a encarar desde aquele comboio serrabaixo – a solidão que todos têm de enfrentar um dia. Assumi, ai! de mim, a minha e foi assim que desembarquei só na Central.” (*Chão de Ferro*, 1976, p. 111)

Não o entusiasmava a religião

“Fui escasseando minhas visitas ao templo e mais ou menos nessa época, depois de curta reconciliação, deixei também definitivamente o aprisco da nossa querida Igreja Católica Apostólica Romana. Como a Sinhá-Cota, aboli os intermediários e passei a entender-me diretamente com Jesus, meu Salvador.” (*Chão de Ferro*, 1976, p. 233).

“Usava daqueles bigodinhos de cortina – para disfarçar o corte espesso e sensual da boca e os belos dentes, que eram todos perfeitos. Estava de negro, insígnia religiosa à lapela e até chegar à mesa, andou numa atitude modesta, olhos baixos e as mãos peludas uma na outra – ao jeito do comungante se aproximando do repasto eucarístico.” (descrevendo um personagem em *Galo-das-Trevas*, 1981, p. 235)

A morte e o amor

Angustiam-lhe a doença e a morte:

“Já estará? em mim. Onde? ai de mim! que assim me interrogo nas noites longas. Onde? Estará? no pulmão a que dei tanto fumo. No fígado? a que dei os espíritos e as especiarias e a cuja neutralização atirei a toxicidade das vitualhas engolidas rabelaisianamente. ‘Mea culpa’. Na pequena curvatura? Na bexiga? Próstata? partes cansadas do baixo ventre? Nos fatigados ossos? armação, estrutura, vigamento que sustentou meu corpo no bem e no mal... Bato na madeira, rezo, faço figa, passa-fora, fica lá-nele, fica na galáxia – SAI, CÂNCER.” (*Galo-das-Trevas*, 1981, p. 80)

A vida amorosa de Pedro Nava foi abalada pelo suicídio da namorada Zilah (Lenora) no Rio de Janeiro.

Em *Beira-Mar*, reporta-se a uma moça por quem teve paixão passageira:

“No dia em que a vi de mãos dadas com um brutamontes do futebol. Tudo, menos aquele. Era como ver camélias mastigadas por um porco.”

Durante passeio pela Praça da Liberdade, na bucólica Belo Horizonte dos anos 1920, Egon, um tanto poético e apaixonado, derramou um frasco de perfume francês sobre a cabeça da namorada:

“– Olha o que eu trouxe para você...”

“O que ter-lhe-ia? passado pela cabeça para ela dizer que não aceitava aquele presente, que não queria – ah! e você insistindo assim me magoa e me aborrece... Ele ouvia forçando

“Minas é no céu da
nossa pátria o
prodigioso cometa
que vem
infallivelmente, passa
perto, tudo inflama
como sua cauda de
fogo e depois vai,
perde-se no infinito.”

a tampa e desatarraxando aquela extremidade. Quando teve na mão direita o vidro aberto falou de repente:

“–Depressa, minha flor, depressa, fecha os olhos!

“Maquinalmente, instintivamente ela os fechou e ele derramou-lhe na cabeça o vidro inteiro de perfume. Um cheiro se espalhou no ar tão invasor, tão intenso, tão imperioso, mas tão abafado, e tão surdo, como o das madeiras, só que cortado aqui e ali por gumes ácidos como os do odor das magnólias e das cravinas. Rindo toda ela abriu os olhos passando a mão para evitar que aquela onda escorresse até aos olhos, rindo toda, feliz, espontânea e alegre ao quase inesperado gesto do Egon.” (*O Círio Perfeito*, 1983, pp. 75-76)

Minas para sempre, carioca amador

Minas Gerais mereceu páginas memoráveis em sua obra:

“Minas é no céu da nossa pátria o prodigioso cometa que vem infallivelmente, passa perto, tudo inflama como sua cauda de fogo e depois vai, perde-se no infinito. (...) Pronto, sumiu, não volta mais: Minas acabou! Engano – ela resiste reconcentra sua matéria reentra no caminho gravitacional. Vem de novo, torna a passar. Vem irregularmente, mas vem. Não falta nem faltará. Veio em 1720 quando Felipe dos Santos foi arrastado num chão de ferro por não sei quantos cavalos-vapor; em 1792 com Tiradentes na ponta duma corda; em 1842, em 1930... Minha ‘Antologia’ dava Minas de novo, quando Joaquim Norberto relatava os mistérios e os terrores da conspiração, quando mostrava Alvarenga, Cláudio, Gonzaga, Toledo e Rolim traçando nossa flâmula e escolhendo sua divisa. ‘Libertas aequo spiritus’? Não! ‘Aut libertas, aut nihil’? Também não! ‘Libertas quae sera tamen’? Esta, sim! Ótima! ainda que tarde. Passará o Barbacena, passará a Justiça Régia, passará a Alçada, passarão os grillhões e a mão larga, espalmada, ossuda e salgada do Tiradentes ficará para sempre fazendo sinal de esperar, de aguardar a volta do cometa...” (*Chão de Ferro*, 1976, p. 45)

“Todas as cidades de Minas podem contar seu caso de aparição. As mais decrépitas são as mais assombradas. Ouro Preto, mais que São João d’el Rei. Diamantina, mais que Sabará. Mariana muito mais que Ouro Preto e Diamantina. O Serro do Frio mais que Mariana. E esses fantasmas viajam com a gente. Emigram para o resto do Brasil com cada mineiro que muda de Minas. Enchi a Rua da Glória com os que trouxe comigo, mais a lembrança dos meus burgos moribundos, dos meus sobradões barrocos, dos meus profetas, das minhas igrejas. Irremediável. Indelével. Minas eterna Minas perene... Como rimos quando falamos no projeto de dividi-la em outras unidades federativas. Que importa? Serão gotas separadas de azougue. Encostando, juntam. Para acabar com Minas seria preciso esquarterar cada mineiro. E isso é possível? ‘Quales’ nada!... Ficaré sempre um para recomçar.” (*Chão de Ferro*, 1976, p. 311)

Mineiros são os melhores interlocutores do país:

“Conversamos não procurando falar o tempo todo mas ouvir metade do tempo. Assim calamos e estamos usando o outro termo do papo que é prestar atenção. É por isso que somos os melhores interlocutores do Brasil. Nunca ficamos no eu eu eu insuportável. Gostamos da segunda pessoa e ressalvamos sempre seu amor próprio quando elogiamos terceiros. Mal comparando. Sem desfazer nos presentes. E não chateamos, despedimos, logo: vamoosimbora. Até outro dia, o senhor desculpe qualquer coisa.” (*Chão de Ferro*, 1976, p. 295)

Desvelava também seu fascínio pelo Rio de Janeiro:

“Esse encanto pelo Rio, eu o encontro em cada bairro que morei. (...) Desde meu nascimento subindo e descendo o Caminho Novo – morei vinte anos em Minas. Dois, em São Paulo. Finalmente, cinquenta e três nesta Muy Leal e Heróica. Sou mineiro dos que dizem – mineiro graças a Deus! Mas por minha Mãe tenho origens paulistas, montanhesas, baianas e cearenses. Por meu Pai, maranhenses e outra vez cearenses. Sou um brasileiro integrado na tricomia da raça. Com tantos sangues provincianos de que me orgulho tenho aspiração a mais: quero ser ainda – carioca amador.” (*Galo-das-Trevas*, 1981, p. 6)

De jabuticabas e rum creosotado

Selecionei ainda passagens pitorescas das memórias de Nava.

Quem viveu a infância no interior de Minas Gerais, conhece o prazer de saborear jabuticabas ao pé das jabuticabeiras. Pedro Nava resgatou a meninice e as árvores no quintal da casa da avó materna Inhá Luísa, em Juiz de Fora:

“Sou um brasileiro integrado na tricomia da raça. Com tantos sangues provincianos de que me orgulho tenho aspiração a mais: quero ser ainda – carioca amador.”

“Eram ‘hors-concours’, eram gigantescas. Tinham tratamento o ano inteiro. Poda especial. Galho seco catado. Adubo de todo o restolho da cozinha que ia para o redor de suas raízes, de mistura com estrume. As folhas e jabuticabas que caíam, as cascas e os caroços das que eram chupadas durante as ‘barrigadas’ eram varridas para junto do tronco, ali fermentavam, destilavam o resíduo que entrava terra adentro com a água das chuvas. Esses pratos faziam das árvores da Inhá Luísa verdadeiros fenômenos da terra de promessa. Quando era tempo, as frutas negras e lustrosas se comprimiam desde rente ao chão. Tronco e galhos ficavam parecendo cabeças cheias de cachos noturnos, como os da prima Crisólita, como de minha tia Risoleta, como os de São Filipe Apóstolo no plano inferior da ‘Transfiguração’ do Rafael, da Pinacoteca do Vaticano.” (*Balão Cativo*, 1973, pp. 25-26)

Desfiou seu humor obsceno na transcrição de trovinha sobre parentes de Juiz de Fora, na primeira década do século 20 (*Balão Cativo*, 1973, p. 32):

“Estas são aquelas Souzas,
Parentas daqueles Alvas,
Que gostam daquelas cousas,
Que têm as cabeças calvas...”

Rememorava saudoso os bondes do Rio, no início do século 20 (*Balão Cativo*, 1973, pp. 25-26):

“Saudade dessas idas à cidade com tio Salles... Saudade do Rio Velho, do Muda, do Tijuca em que voltávamos para casa ao calor da tarde. Saudade do bonde cheio de anúncios. Lá estava o de que eu gosto mais.

“Veja ilustre passageiro,
O belo tipo faceiro,
Que o senhor tem ao seu lado.
E entretanto acredite,
Quase morreu de bronquite!
Salvou-o o RUM CREOSOTADO!”

Em *Beira-Mar*, conta que o ex-governador mineiro Milton Campos tinha pavor de viajar de avião. Certa vez, voando durante uma tormenta, a aeromoça perguntou se estava com falta de ar. Milton respondeu:

– O que estou é com falta de terra.

Memória e futuro

Para concluir, a relevância da obra memorialística é exaltada pela notável historiadora mineira Lucilia de Almeida Neves Delgado (*Aldeia Universal*, 14.05.2011):

“São múltiplas as possibilidades de diálogo da história com a memória, pois ambas visitam o passado a partir do presente. A história é construção de conhecimento sobre o tempo pretérito. Já a memória nutre vivências individuais ou coletivas com lembranças ou esquecimentos. Inúmeros objetos ou lugares da memória, como fotografias, móveis, músicas, revistas, jornais, filmes, museus, edificações, monumentos, cartas e literatura, tornam-se, não raras vezes, fontes especiais para elaboração do saber histórico.

“A literatura, quando instruída pela memorialística, é esteio inesgotável, tanto para o registro de experiências, como para expressão de características de tempos históricos específicos.”

Arremata Afonso Arinos de Melo Franco (*Afonso Arinos na UnB*, 1981, p. 24) com a influência das gerações antigas sobre as gerações mais jovens:

“Eu tenho esperança de que essa nossa experiência, meditada, estudada, criticada, mais compreendida, será o elemento com que vocês vão contar no futuro para enfrentar os outros problemas que se denunciam no nosso horizonte, problemas que eu não consigo ainda desvendar no mistério do amanhã, mas que consigo apreender pela sua espantosa realidade.

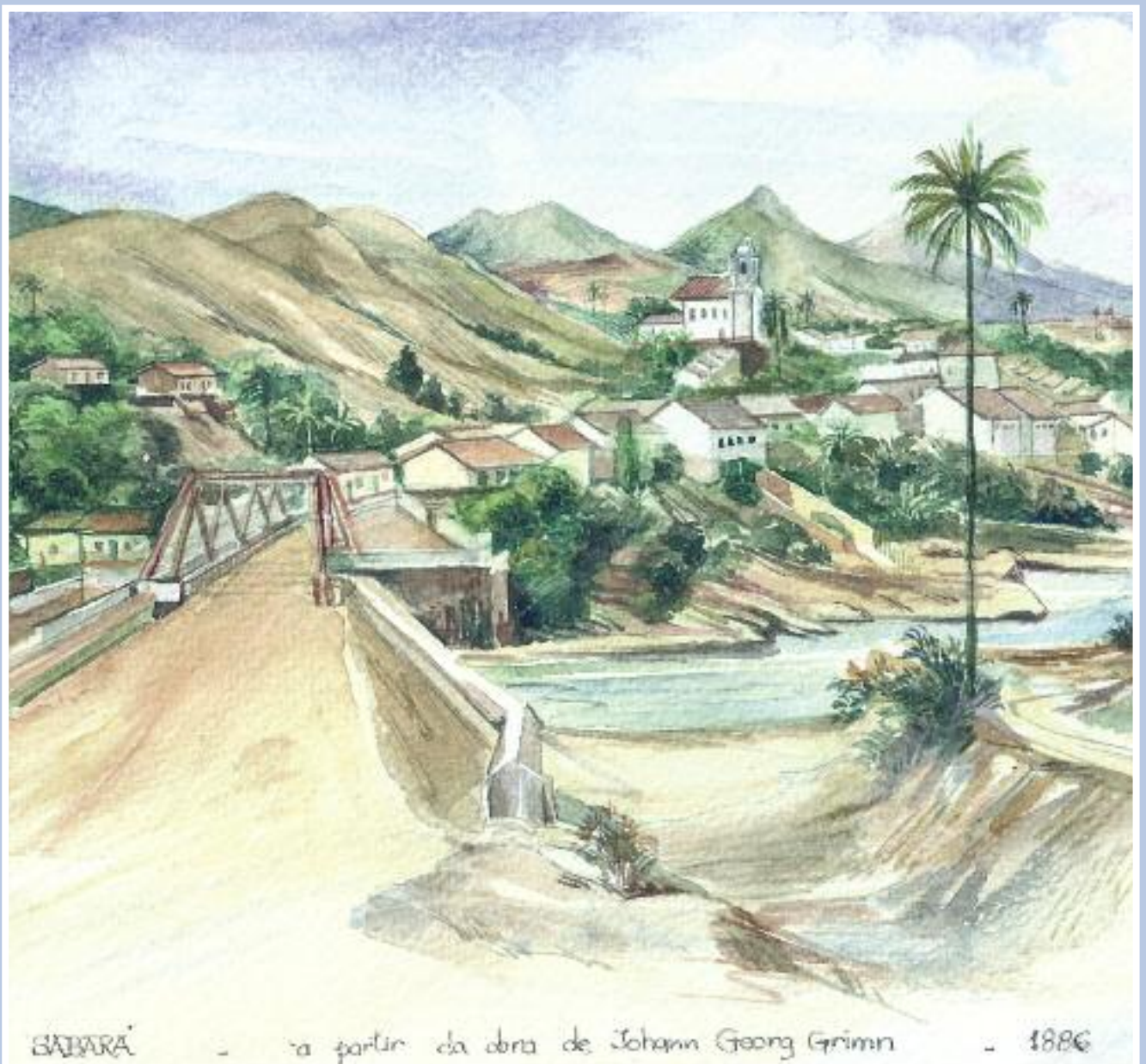
“(…) O que vale é explicar, é entender por que esses homens de 60 anos para cima viveram, sofreram, experimentaram, enfrentaram o desconhecido e como elaboraram, como compreenderam, como disciplinaram, como sintetizaram os elementos díspares dessas modificações e confundiram-nas num amálgama nacional, ao mesmo tempo retensivo do que é necessário ser retido no nosso País, para que ele não exploda numa série de faíscas inoperantes de conflitos sem solução, mas que não cesse o caminho para o desenvolvimento e as transformações do futuro.”

Referências Bibliográficas

- *Afonso Arinos na UnB*: Conferências, comentários e debates de um Seminário realizado de 07 a 09 de abril de 1981. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- *Arquivo Pedro Nava*, acervo de Pedro Nava na Casa de Rui Barbosa; disponível em <http://pedronava.clientes.tecnopop.com.br/linha.php>, captado em 06.06.2011.
- DaMATTÁ, Roberto, *A fonte da juventude*, jornal O Estado de S. Paulo, edição de 08.06.2011, caderno Cultura.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves, *Aldeia Universal*, jornal Estado de Minas, Belo Horizonte, edição de 14.05.2011, caderno PensarBrasil.
- LE MOING, Monique. *A Solidão Povoada – Uma Biografia de Pedro Nava*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.
- NAVA, Pedro. *Balão Cativo – Memórias 2*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.
- _____. *Baú de Ossos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 6ª Ed., 1983.
- _____. *Beira-Mar – Memórias 4*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.
- _____. *Chão de Ferro – Memórias 3*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2ª ed., 1976.
- _____. *Galo-das-Trevas – Memórias 5*. Rio de Janeiro: José Olympio, 3ª ed., 1981.
- _____. *O Círio Perfeito – Memórias 6*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 3ª ed., 1983.
- PROUST, Marcel. *No Caminho de Swann*. São Paulo: Abril Cultural, trad. Mário Quintana, 1982.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 6ª ed., 1979.
- VENTURA, Zuenir. *Minhas Histórias dos Outros*. São Paulo: Planeta, 2005.

Nota do autor

O exemplar de *Beira-Mar*, quarto volume das memórias de Pedro Nava, extraviou-se em uma das muitas mudanças que a carreira de magistrado me impôs. Todavia, conservei os trechos aqui citados em anotações de meus arquivos, embora sem menção às páginas da obra das quais foram transcritos.



Três séculos das três primeiras vilas de Minas

Ângelo Oswaldo de Araújo Santos

Advogado, jornalista e escritor, membro da Academia Mineira de Letras, sócio do Instituto Histórico e Geográfico de MG e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; foi Ministro da Cultura e é o atual prefeito de Ouro Preto, em seu terceiro mandato (2009-12).

O ano de 2011 assinala o tricentenário da criação das três primeiras municipalidades mineiras. Há exatos três séculos, eram erigidas as vilas pioneiras, e naquele tempo vila significava a sede urbana do termo, hoje denominados, respectivamente, *cidade* e *município*. Em 8 de abril, levantou-se o pelourinho da Vila do Ribeirão do Carmo (Mariana). Vila Rica de Albuquerque, confirmada como Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar e chamada comumente de Ouro Preto, teve sua câmara eleita e empossada em 8 de julho. No dia 17 de julho, foi a vez da Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará, guardando a corruptela do nome indígena da região.

O arraial fundado em 16 de julho de 1696, onomástico de Nossa Senhora do Carmo, pela bandeira de Salvador Fernandes Furtado, tornou-se a Vila do Ribeirão do Carmo, a primeira a se elevar à condição honorífica de cidade, em 1745. Como tal, alcançou a dignidade necessária para sustentar a cátedra do bispado das Minas, criado por Dom João V e pelo papa Bento XIV. Recebeu então o título de Cidade de Mariana, em homenagem a Mariana d'Áustria, rainha de Portugal.

Vila Rica aludiu à opulência de suas minas, nas quais se achava o fabuloso ouro preto, recoberto por uma camada de óxido de ferro. A fundação data de 1698, com o assentamento da bandeira de Antônio Dias de Oliveira, de Taubaté, e do padre João de Faria Fialho, vigário de Pindamonhangaba. O governador uniu cerca de doze arraiais quase conurbados e em conflito para dar-lhes foros de polis. Dom João V não permitiu que Albuquerque se mantivesse no topônimo da “pérola do Brasil”, como o cronista do “Triunfo Eucarístico” chamou a Vila Rica. A façanha só seria alcançada pelo Visconde de Barbacena, repressor da Conjuração Mineira de 1789, que atribuiu o próprio nome à vila ereta no arraial da Igreja Nova, no ano da execução do Tiradentes (1792). Em 20 de março de 1823, o imperador Pedro I conferiu a Vila Rica, por carta de lei, o título de Imperial Cidade de Ouro Preto, reconhecendo, no documento, sua contribuição à independência do Brasil.

A Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará se criou no arraial fundado por Manuel Borba Gato, genro de Fernão Dias, no último quartel do século XVII, junto ao rio das Velhas (o guaicú dos índios, rio das tribos ancestrais). Ganhou a condição de cidade em 1838, por lei provincial. Diogo de Vasconcellos fala em çubará (rio partido), referência indígena à barra do rio Sabará no rio das Velhas. Mas a palavra parece proceder de ita-beraba ou verava-açu, a itaberabaçu ou sabarabuçu, que significa “pedra brilhante grande”, conforme os índios designaram a Serra da Piedade e a revelaram a Borba

Gato, que deixou a bandeira do sogro no Sumidouro e no Fidalgo para andar a leste à procura do ouro. Consagrada a Nossa Senhora da Conceição, a terceira vila homenageou a padroeira do reino e das bandeiras saídas de São Paulo em busca do eldorado. A muitas das mais antigas igrejas de Minas (matrizes de Sabará, Raposos, Piranga, Serro, Antônio Dias de Ouro Preto) foi dada como orago a Conceição Imaculada, protetora dos sertanistas pioneiros.

Assim, Minas Gerais teve municípios antes de se tornar um território provincial autônomo. Quem criou a trindade inicial foi o governador e capitão general da Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, o “claro herói” do poema “Vila Rica”, em que o poeta inconfidente Cláudio Manuel da Costa canta a criação mítica de Vila Rica. Desmembrada do Rio de Janeiro e absorvendo São Vicente, a Capitania paulista tinha sido instituída em 1709, cumprindo uma promessa de Dom João IV, após a restauração portuguesa de 1640, no sentido de dar à gente de Piratininga a governança do território do ouro, tão logo o descobrisse, para consolidação e soberania do reino resgatado ao longo domínio espanhol.

Com os descobrimentos auríferos, imediatamente uma multidão invadiu a região das “minas gerais do ouro”, procedente de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Os reinóis vieram aos milhares, sobretudo do norte, dos vales do Douro e do Minho, o que chegou a preocupar o governo de Lisboa, temeroso do esvaziamento de Portugal. E logo chegaram os africanos, trazidos para o trabalho pesado nos aluviões e galerias. Uma crise de desabastecimento, em 1701, provocou fome geral e carestia no território conturbado pelos conflitos entre faiscaidores e garimpeiros recém-arribados e ávidos de fortuna fácil. Ao mesmo tempo, para agravar a crise, os paulistas começaram a se desentender com os “forasteiros”, como consideravam todos os que não tivessem vindo de Piratininga e do vale do Paraíba do Sul, o chamado norte de São Paulo (donde o antigo topônimo de Aparecida do Norte). Para os donos da terra, os intrusos eram os emboabas. Com isso, uniram todos os “estrangeiros”, portugueses e brasileiros, neles engendrando um novo sentimento de identidade.

Os paulistas viveram a segunda metade do século XVI e quase todo o Seiscentos na faina de apresar índios guaranis, descendo o rio Tietê e depois o Paraná, a fim de capturá-los como escravos a serem vendidos no porto de São Vicente, para o trabalho nas plantações de cana e engenhos do Nordeste. Falando mais tupi do que português, a gente de São Paulo usou uma palavra indígena para designar os portugueses e todos os

que não eram paulistas. Emboaba quer dizer “pinto calçado”, um frango do mato com penugem acentuada nas coxas, o que lembrava as botas de cano alto dos reinóis.

A *Guerra dos Emboabas* foi um tempo de embates sangrentos que só terminaram com a repressão violentamente comandada pelo Conde de Assumar, em 1720, contra a sedição de Vila Rica. Ao trágico incêndio ateado no Morro do Pascoal, em Ouro Preto, de que dão ainda testemunho as ruínas do Morro da Queimada, prontamente se seguiu o desmembramento de São Paulo e Minas. Vencidos, os paulistas se afastaram da região que haviam descoberto e se deslocaram para o oeste, reorientando as bandeiras no rumo do ouro de Goiás e de Cuiabá. Com a criação da Capitania de Minas Gerais, o primeiro governante, Lourenço de Almeida, fixou-se em Vila Rica, onde estava, desde 1709, na encosta da Encardideira, o palácio de Antônio de Albuquerque, de Brás Baltazar da Silveira (1713-17) e do Assumar (1717-20).

Ao instituir as três primeiras vilas, o propósito do Albuquerque foi o de ensejar um clima de paz e harmonia,

“Ao instituir as três primeiras vilas, o propósito foi o de ensejar um clima de paz e harmonia, conter os ânimos e organizar a sociedade, em meio à discórdia que prevalecia nos arraiais e datas mais populosos e beligerantes.”

conter os ânimos e organizar a sociedade, em meio à discórdia que prevalecia nos arraiais e datas mais populosos e beligerantes. Sua missão principal era exatamente a de impor a ordem, tanto que tomou posse na Vila de São Paulo e passou às Minas, onde assistia no Ouro Preto, para usar verbos então em moda. Mas a paz só viria depois de muita guerra, assim mesmo assombrada por ataques indígenas nos arredores de várias vilas, fugas de escravos, capturas agressivas e multiplicação de quilombos, perseguição inquisitorial aos cristãos novos e judeus, delações e punições rigorosas do fisco e bandidagem nas estradas reais.

Do empenho de Albuquerque, resultaram as Câmaras fundadoras da cidadania mineira, reunindo os chamados “homens bons”, dos quais saíram os juizes vereadores que governaram os termos municipais. Estabeleceram regras, normas, posturas urbanas e leis, distribuíam a justiça, amparavam os desvalidos, cobravam impostos e promoviam obras públicas e festejos, pagando música, luminárias e ornamentações. Acórdãos do Senado da Câmara de Mariana proibiram construções que retirassem “a competente fermosura da praia do rio do Carmo” e “desformoseassem a ponte de São Gonçalo”, antecipando-se às modernas leis de uso do solo.

“*Is quae potatum cole gens pleno ore Senatium securit sitis nam facit ille sitis*” – diz o latim inscrito no belo Chafariz dos Contos, em Ouro Preto, para lembrar que a água que ali corre para aplacar a sede se deve ao Senado da Câmara. Senado era o título pomposo com que então se honravam as egrégias Câmaras.

Pouco depois da criação de Vila Rica, ainda em 1711, o governador e general reuniu milhares de homens de armas para descer a pé, em ritmo militar, para o Rio de Janeiro, a fim de salvar a população carioca da pilhagem dos piratas franceses de Dugay-Trouain. O tamanho da tropa evidencia a força demográfica de Ouro Preto. A soldadesca mineira encontrou o Rio arrasado e confortou o governador e os moradores, humilhados e feridos.

A aventura dos corsários, que saqueram a cidade portuária das minas, fez com que o governo de Lisboa mandasse apreender e queimar os exemplares de “*Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*”, publicado também há exatamente três séculos. Entendeu-se que o notável livro do jesuíta Antonil, revelando em pormenores o caminho para o Ouro Preto e as Minas Gerais, ameaçava a segurança da colônia e atrairia novas tentativas de invasão. E para concluir o agitado ano de 1711, findava em Pernambuco a Guerra dos Mascates, apurando o sentimento nativista entre grupos rivais das cidades de Olinda e Recife.

Na primeira sala do Museu da Inconfidência, antiga Casa de Câmara e Cadeia, podem ser vistos os bastões ou varas portados pelos vereadores de Vila Rica, a urna da primeira eleição, com adornos especiais, e a escrivania (conjunto para tinteiro e pena) de prata usada na Câmara, no século XVIII. O palácio foi projetado e mandado edificar, em 1784, pelo governador Luís da Cunha Menezes, o “Fanfarrão Minésio” das “*Cartas Chilenas*”, sátira composta por Tomás Antônio Gonzaga, na qual o poeta ironiza implacavelmente essa construção. Menezes fez demolir a velha Câmara para que, ampliada, a praça se embelezasse com o seu projeto arquitetônico. A obra só se concluiu no Império e, em 1938, o Estado fechou a penitenciária que ali ocupava todo o prédio para que o governo federal

implantasse o Museu da Inconfidência, inaugurado em 11 de agosto de 1944, bicentenário de nascimento de Gonzaga.

No Museu do Ouro, instalado na Casa do Intendente do Ouro da Vila Real de Sabará, a imponente cadeira de espaldar e assento de couro lavrado evoca o requintado ambiente em que se exercia do governo municipal, em edifício desaparecido. Em Mariana, a Casa de Câmara e Cadeia ainda abriga o Legislativo municipal e até 1979 manteve a prisão no pavimento térreo, em surpreendente prolongamento da tradição colonial portuguesa.

É um formoso palácio projetado e arrematado em 1762 por José Pereira dos Santos e construído em 1784 por seu discípulo, o mestre José Pereira Arouca. Último visto em Minas, o pelourinho foi restaurado no centro da praça marianense, na qual se ladeiam as igrejas de São Francisco de Assis e do Carmo, formando com a Câmara um conjunto singular na cidade colonial brasileira. O pelourinho, coluna em que também se aplicavam suplícios punitivos a escravos e condenados, é o símbolo da autoridade municipal, e existiu em todas as vilas da colônia.

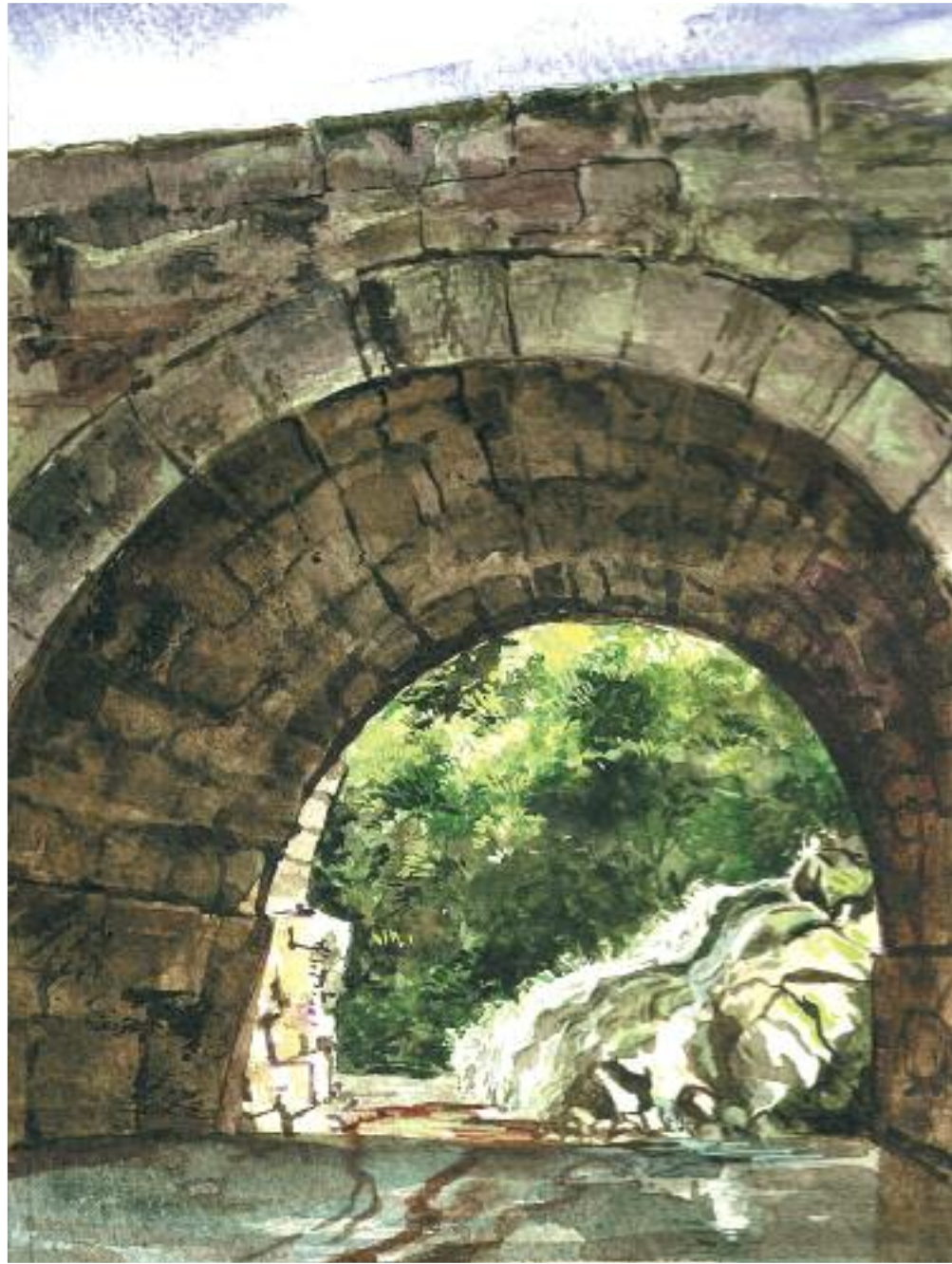
Três séculos depois, as três primeiras vilas de Minas integram o patrimônio cultural tombado do Brasil. Conservam características urbanas e arquitetônicas homogêneas e autênticas, ainda que tenham sofrido todas as agruras e anomalias do inchaço das cidades, desde o final do século XX. A elas se seguiram, no período colonial, mais onze também detentoras de significativa herança histórica: Vila de São João del Rei (1713); Vila Nova da Rainha (Caeté) e Vila do Príncipe (Serro), em 1714; Vila de Nossa Senhora da Piedade de Pitangui, em 1715; Vila de São José del Rei (Tiradentes), em 1718; Vila do Fanado das Minas Novas, em 1730; Vila de São Bento do Tamanduá (Itapecerica), em 1789; Vila de Queluz (Conselheiro Lafaiete), em 1790; Vila de Barbacena, em 1791; Vila da Campanha da Princesa da Beira (Campanha) e Paracatu do Príncipe (Paracatu), em 1798. Em 1814, com o príncipe regente (pouco depois rei Dom João VI) no Brasil, foram criadas as Vilas de Baependi e de São Carlos do Jacuí.

O longo hiato entre as primeiras e as últimas explica-se pelas dificuldades inerentes à implantação dos governos locais e ao declínio do ciclo da mineração aurífera. Informa a “Toponímia de Minas Gerais”, obra esplêndida de Joaquim Ribeiro Costa, que Diamantina só foi vila em 1831, elevando-se a cidade em 1838, em razão do rígido controle exercido sobre o arraial do Tijuco. Pertencente ao termo da Vila do Príncipe, o Tijuco esteve sitiado pela Demarcação e pelo Contrato, que estabeleceram um regime próprio dentro da Capitania, com vistas ao controle absoluto da extração dos diamantes.

Em 1933, Ouro Preto foi declarada cidade monumento nacional pelo presidente Getúlio Vargas, cujo governo criou o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 1936 e deu início aos tombamentos em 38. A Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) inscreveu Ouro Preto no patrimônio cultural da humanidade, em 1980, inaugurando a participação brasileira no repertório dos monumentos mundiais.

Como se formassem o triângulo da bandeira da Inconfidência e do Estado de Minas Gerais, as três primeiras vilas, 300 anos depois de sua criação, constituem a síntese e o símbolo da formação histórica e da identidade cultural do povo mineiro e dos demais 850 municípios.

“Como se formassem
o triângulo da
bandeira da
Inconfidência e do
Estado de Minas
Gerais, as três
primeiras vilas
constituem a síntese
e o símbolo da
formação histórica
e da identidade
cultural do povo
mineiro e dos demais
850 municípios.”



O Caminho Novo: a real estrada do Imperador

Doorgal Andrada
Desembargador do TJMG

O Brasil ainda era uma Colônia quando o governo da Coroa portuguesa viu a abertura de uma estrada através de picadas e trilhas que depois viria a se chamar o Caminho Velho, ligando o Rio de Janeiro até o 'interior do país' (hoje estado de Minas Gerais), passando por Paraty.

São fatos do século XVII, quando São Paulo e Minas formavam uma só Capitania, e que ganharam mais visibilidade desde quando o Governo mineiro, decidindo promover não só o turismo, mas a economia estadual, incentivou o resgate histórico de todos os três segmentos da chamada Estrada Real. Aliás, ele está financiando ao longo dela o ressurgimento e a valorização de todo o seu traçado original, com a implantação de hotéis, comércio, apoio turístico, etc.. Este primeiro trecho é justamente o que ligava o Rio de Janeiro – via Paraty –, a Vila Rica (atual Ouro Preto).

Os três segmentos que compunham a Estrada se encontravam em Ouro Preto e surgiram em épocas e com objetivos distintos.

Três caminhos, um destino

O mais antigo saía da cidade praiana de Paraty, passando por Cruzeiro (SP), Caxambu, Carrancas e São João del-Rei até Vila Rica. Foi aberto a golpes de facões e machados há mais de 300 anos, na fase pré-aurífera. Seu traçado segue muito das trilhas dos índios Guaianás para romper a então temida Serra da Mantiqueira e chegar às "minas gerais dos goitacazes". Foi depois batizado de Caminho Velho.

Com a notícia da descoberta de ouro na região de Vila Rica – no final do século XVII – ante o aumento do fluxo migratório e populacional das cidades mineradoras, a Coroa portuguesa providenciou a construção do Caminho Novo, quando o Rio de Janeiro já estava livre de piratas e ladrões na baía de Guanabara, sobretudo pelas mãos do bandeirante Garcia Rodrigues Paes (filho de Fernão Dias). Partindo do Rio de Janeiro, esse caminho previa a ida de barco até a Ilha do Governador e, depois, Duque de Caxias (trecho este logo substituído por ida de barco pela baía de Guanabara até Porto Estrela), chegando a Paraíba do Sul, Juiz de Fora, Arraial da Igreja Nova (Barbacena), até encontrar-se com o Caminho Velho em São João del-Rei, seguindo pelo Arraial das Lajes (Resende Costa), São Brás do Suaçuí e Ouro Branco, para chegar à região de Vila Rica / Mariana.

Surge nesta época a capitania de Minas Gerais, criada em 1720 e separada de São Paulo, para melhor e maior controle das minas de ouro e de diamantes pela Coroa, com a capital em Ouro Preto. Época em que o Tribunal da Relação da Bahia era a única Corte de Recursos no Brasil.

Assim, já nas primeiras décadas do século XVIII, o Caminho Novo chegava a Barbacena e seguia para Queluz (Conselheiro Lafaiete), sem passar por São João del-Rei, depois Ouro Branco, até chegar à região de Ouro Preto.

Em Ouro Preto, os dois Caminhos (o Velho e o Novo) se encontravam e havia uma alça de estrada até as Vilas de Sabará e de Caeté como extensão do Caminho Velho. Hoje denominado de Caminho do Sabarabuçu, a alça tinha como referências o Rio das Velhas e a Serra da Piedade, região onde décadas antes, e por vários anos, se fixaram o grande bandeirante Fernão Dias Paes Leme e seu genro 'Borba Gato'.

Poucas décadas depois, em face do abundante surgimento de pedras brilhantes na região do Arraial do Tijuco (Diamantina), a Coroa portuguesa decretou a criação de mais um Caminho Real, ligando Ouro Preto a Diamantina. Este terceiro trecho seguia por Mariana, Santa Bárbara, Conceição do Mato Dentro e Serro, além de outras pequenas cidades até Diamantina.

A razão maior da criação da Estrada Real nos seus três grandes caminhos era dar à Corte Real portuguesa (e ao Império brasileiro, após 1822) total controle e fiscalização sobre a circulação do ouro e demais pedras preciosas, elevando à condição de crime "lesa-majestade" todo aquele que transitasse pela região sem que fosse pela Estrada Real, num forte esforço de combate a este tipo de 'contrabando'.

De tropeiros a imperadores

Por séculos, no Brasil Colônia (ou mesmo independente), por estas Estradas - de terra batida e poeira - transitaram não apenas inconfidentes, bandeirantes, estudiosos, naturalistas, botânicos, soldados, homens de governo, mas, também, deixaram marcas ao longo delas bravos tropeiros, escravos, imigrantes, garimpeiros, ladrões e aventureiros. E nomes mundialmente respeitados: Saint Hilaire, Malthus, Langsdorff, von Spix, Mawe, Rugendas, Freireys, além de outros.

Entretanto, embora todo o conjunto que forma a Estrada Real (o Caminho Velho, o do Sabarabuçu, o Caminho Novo e o dos Diamantes) tenha sido de grande importância para os governantes daquela época, curiosamente, dos membros da realeza – quer a portuguesa ou a brasileira –, apenas os imperadores Dom Pedro I e Pedro II conheceram a Estrada, e tão somente o Caminho Novo.

Isto porque mesmo na Regência de D. João VI no Rio, e depois no primeiro ou no segundo reinado, pela Estrada Real, os membros da realeza que visitaram Minas transitaram basicamente pelo Caminho Novo.

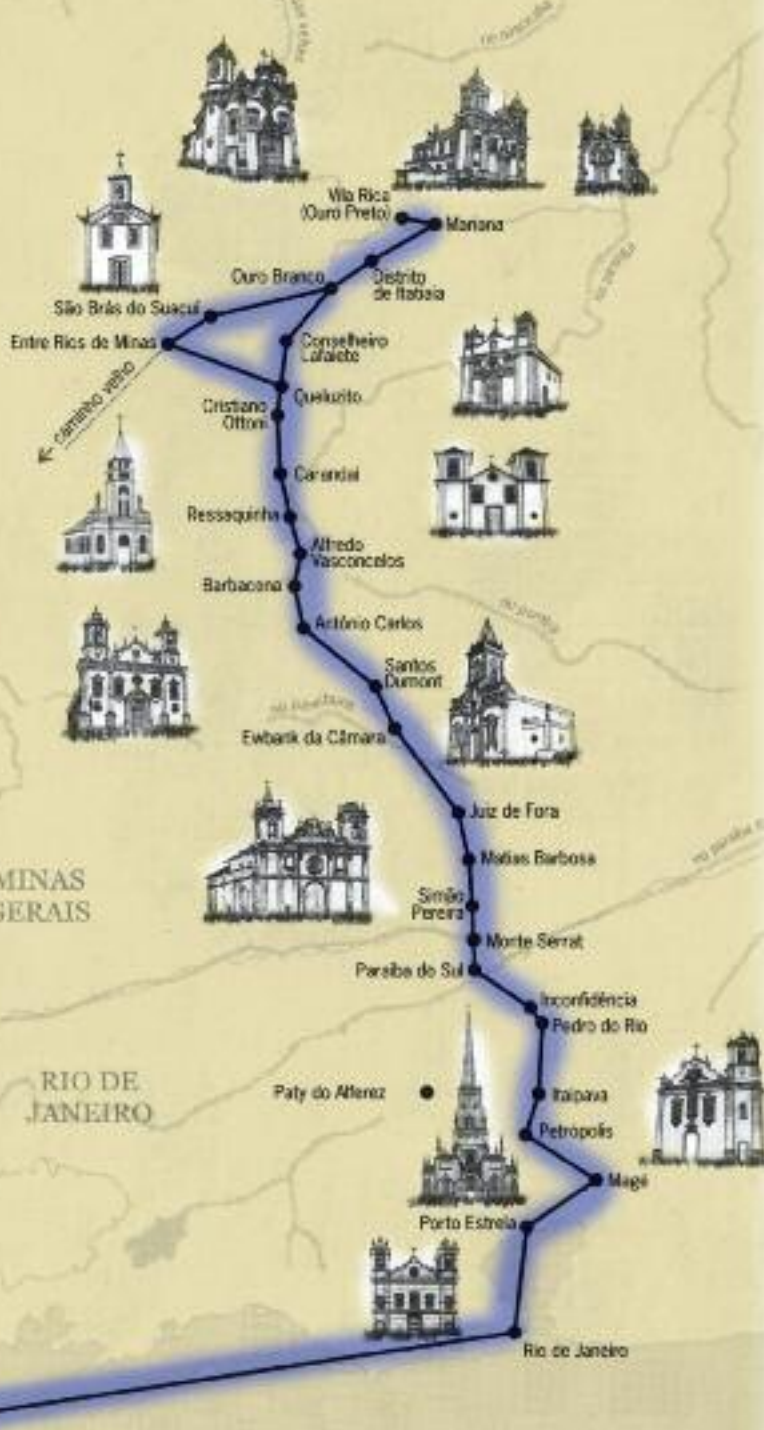
A abdicação levou ao Trono o menino Pedro II. Feito Imperador, por várias vezes ele visitou a capital da Província mineira, cidade que admirava pela sua cultura, beleza, estudos científicos, percorrendo sempre o Caminho Novo.

De outro lado, toda a Estrada era fiscalizada rigidamente pelos Registros (postos), em todos Caminhos. Mas, deixa-nos a

história esta curiosidade: dos três grandes segmentos – hoje turísticos / econômicos – a realza portuguesa ou brasileira se interessou em ver, viajar, sentir de perto, tão somente o trecho do Caminho Novo. Este, portanto, o caminho único dos reis e imperadores na histórica Estrada Real.

Caminho Novo (Início do século XVIII)

- Parati ou Rio de Janeiro
- Porto Estreia
- Magé
- Paty do Alferes
- Petrópolis
- Itaipava
- Pedro do Rio
- Paraíba do Sul
- Monte Serrat
- Registro do Paraíba
- Simão Pereira
- Matias Barbosa
- Juiz de Fora
- Ewbank da Câmara
- Santos Dumont
- Antônio Carlos
- Barbacena
- Alfredo Vasconcelos
- Ressaquinha
- Carandá
- Cristiano Ottoni
- Conselheiro Lafaiete
- Ouro Branco
- Distrito de Itatiaia
- Povoado de Chapada
- Vila Rica (Ouro Preto)
- Mariana



Livro *História, arte e sonho na formação de Minas*
 Mauro Werkema
 Duo Editorial, 2010.

Um tango na alma

Renato Jardim

Juiz de Direito em Belo Horizonte

Ouço um tango de Gardel.
Na tragicidade que alimenta
a solidão faço-me lembranças.

No frustrante naufrágio de aquática mágoa,
num espelho de cabaré contemplo
um histrião meneando sensaborão
silenciosos guizos sob a troça impiedosa.

Nos opróbrios da dor incompreendida
a tragicomédia será o espetáculo
dos amores unilateralmente resguardados.

Na névoa da madrugada cubro-me
imperceptível, andrajoso perdulário da alegria.
Sigo num compasso langoroso.
O tango sou eu.



Falta-me tempo para morrer

Aldina de Carvalho Soares
Juíza de Direito em Santa Luzia

Observo teu envelhecer
 Sem querer crer que um dia não teremos
 Casa com cheiro de café pela manhã
 mesa posta para o almoço
 pão novo ao entardecer.

Fico vendo a vida vir
 E ir

Dou-me conta de ser mulher
 Com pele ofuscada e
 pernas em lentidão
 Ah,
 Tenho tanto de triste em mim...

Carrego teus arroubos
 E minhas conseqüências
 Tua loucura e minha firmeza
 Tua inércia e minha perdição

E, enrugados alma e corpo,
 Ainda assim, um suspiro,
 Quando no movimento da lida
 Meus passos tomam acerto e
 Um certo sonho que me insiste ressurge.

Falta-me tempo para morrer.

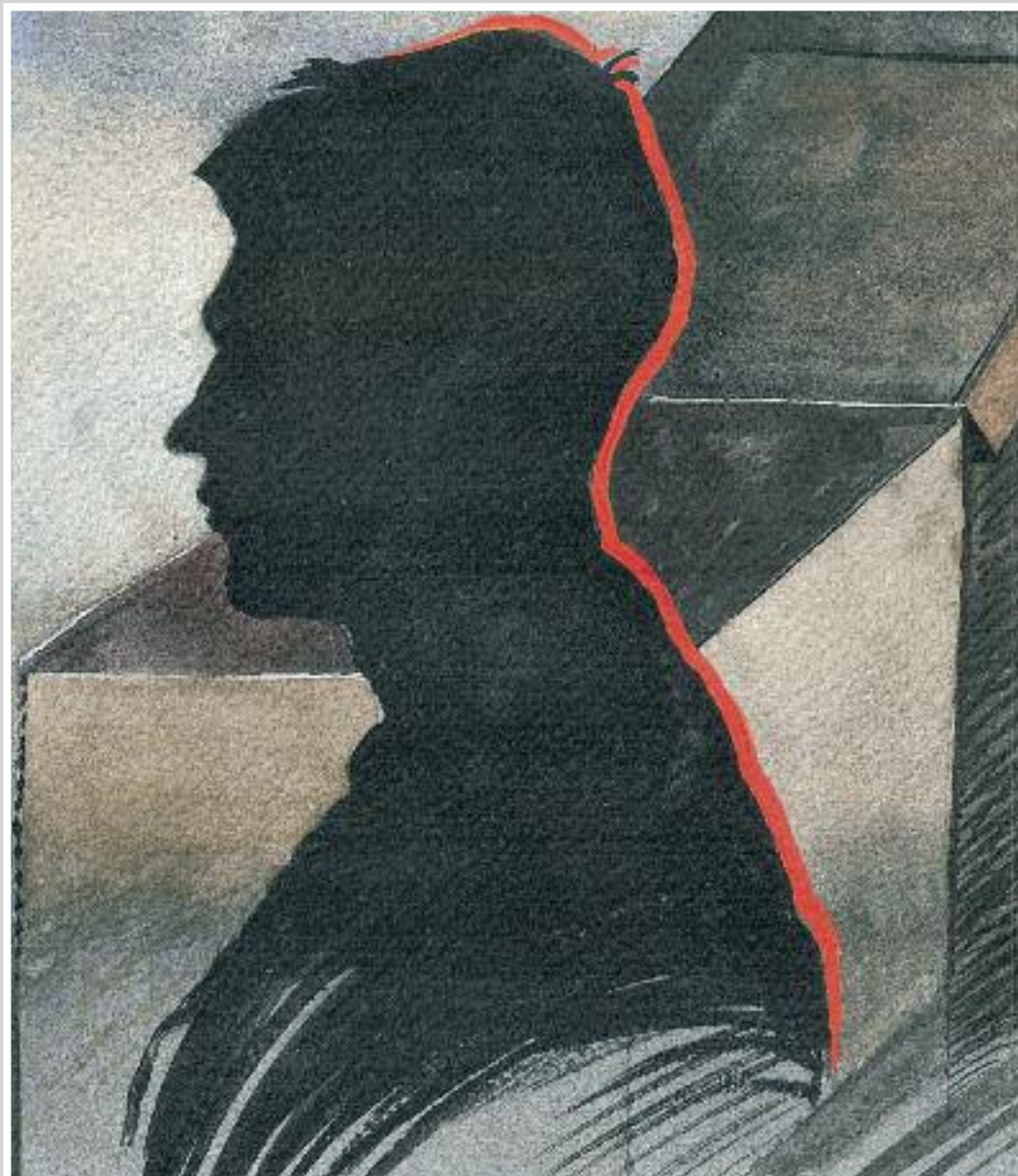


A caixa preta

Glayco Firpe

Juiz de Direito, aposentado

Eu procuro a caixa preta
 Na esperança de saber
 Porque foi que em pleno vôo
 Minha ilusão feneceu.
 A escuridão que me cerca
 Tem densidade de breu.
 Não sei se o negro é da caixa
 Ou se este escuro sou eu.
 E nesta inútil procura,
 Procuo o consolo meu
 Como se o achar a causa
 Devolvesse o que morreu.



Retratos na parede

José Altivo Brandão Teixeira
Desembargador do TJMG

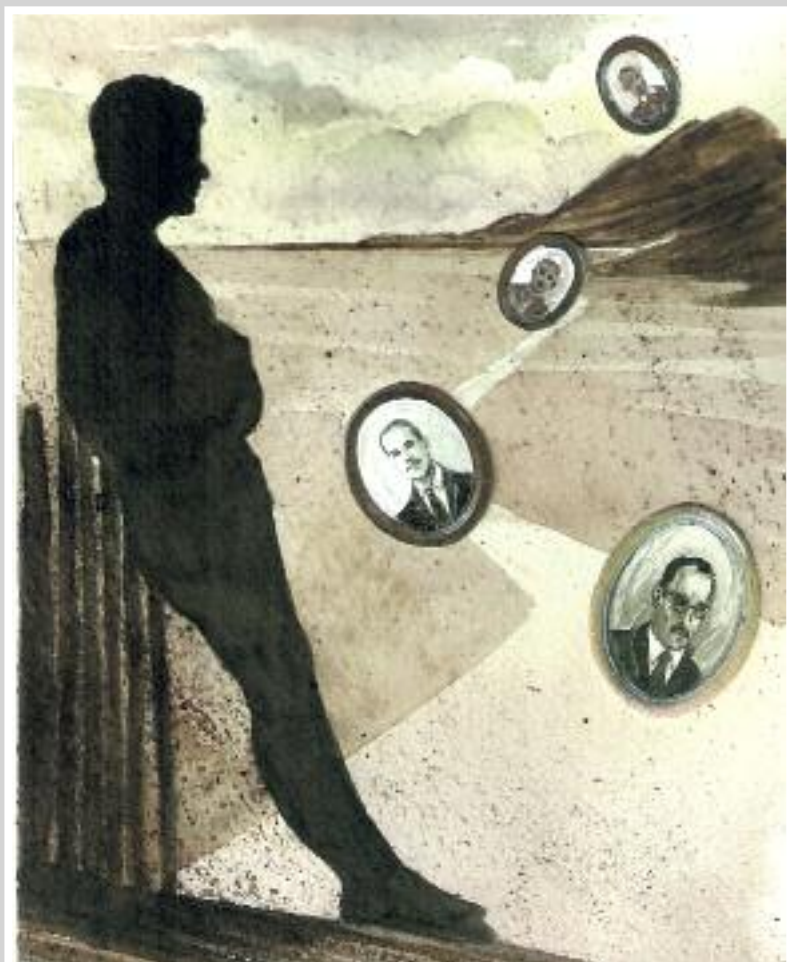
Retratos na parede enfileirados,
De graves e sisudos cavalheiros,
Remetem-se a tempos já passados.
Heráldicas figuras. Olhares sobranceiros.

Vidas:

Trilhas íngremes, sempre apertadas.
Aqui, ali às vezes, caminhos planos,
Margens floridas;
Longas horas caminhadas,
Angústias, almas aflitas.

E ao fim:

Vidas que se vão,
Por soturna solidão,
Em retas infinitas.





Manuel Bandeira

A poesia salvou do “mau destino” o grande poeta

Gutemberg da Mota e Silva
Desembargador do TJMG

A vida inteira que poderia ter sido e não foi.

Manuel Carneiro de Souza Bandeira, que em 19 de abril de 2011 teria completado 125 anos de idade, escreveu este verso, no poema *Pneumotórax (Libertinagem, 1930)*, tomado pelo desalento e desencanto que lhe provocava a tuberculose, a ameaçar-lhe de morte desde os 18 anos, tanto que, em *Desencanto*, primeiro poema de seu primeiro livro (*A Cinza das Horas, 1917*), anunciava:

“Eu faço versos como quem chora
De desalento... de desencanto...
Fecha o meu livro se por agora
Não tens motivo nenhum de pranto.”

Naqueles tempos, ele certamente não desconfiava de que, para os seus leitores e a Literatura, o melhor não seria a vida que poderia ter tido – como arquiteto, por influência do pai – mas a vida que realmente teria, pois esta, milagrosamente prolongada até os 82 anos, legou-nos sensível e profunda obra de um grande poeta, que fez poemas até dormindo (são exemplos *O Lutador* e *Palinódia*), teve inumeráveis poemas musicados e que humildemente se considerava “poeta menor”.

Milagre de uma vida: a poesia vence o “mau destino”

No ensaio *Milagre de uma vida*, o biógrafo Francisco de Assis Barbosa afirmou que toda a vida do poeta “está como que refletida em sua poesia”, do primeiro ao derradeiro verso. E acrescentou: “Dir-se-ia que o problema do biógrafo se resume a decifrar o enigma da mensagem, só encerrada quando o poeta contava 82 anos, depois de ter enganado tantas vezes a morte no tempo da mocidade. Por mais extravagante que seja, foi a morte que deu vida à poesia bandeiriana. Efetivamente, o poeta nasceu na hora em que a doença parecia ter condenado de modo inapelável o jovem estudante de arquitetura de vocação ainda não definida. Não fosse o “mau destino”, e o rapaz muito possivelmente não passaria de respeitável engenheiro, tal como o pai. E nada mais do que isso”.

No discurso com que o recebeu na Academia Brasileira de Letras, em 30 de novembro de 1940, um grande amigo, o poeta e romancista Ribeiro Couto, já assinalava: “Fazíeis versos ‘como quem chora’. Não fora o acidente da enfermidade, não teríeis

talvez escrito a vossa obra, isto é, a mesma obra, com os seus motivos fundamentais, vividos por experiência direta. Faltaria o tormento de olhar a vida pela janela sem poder tomar parte no voluptoso tumulto; destarte, não viríeis a descobrir depois dos 40 anos o reino de Pasárgada – país dos recalques em liberdade, dos antigos desejos recompensados, das alegrias enfim permitidas”.

Aos 76 anos, já célebre, o poeta viajava em pé no ônibus

Filho de Manuel Carneiro de Souza Bandeira, engenheiro, e de Dona Francelina Ribeiro de Souza Bandeira, a Dona Santinha, Bandeira nasceu em 19 de abril de 1886 na Rua Joaquim Nabuco, Recife, Pernambuco. Na epígrafe de *A Cinza das Horas, confessou*:

“Sou bem-nascido. Menino
Fui, como os demais, feliz
Depois, veio o mau destino
E fez de mim o que quis.”

Descobriu a moléstia em 1904, tendo de abandonar a Escola Politécnica de São Paulo. Procurou a cura em cidades brasileiras de clima propício (Campanha, Teresópolis), esteve em Maranguape, Uruquê, Quixeramobim, no Ceará, acompanhando o pai, e, de junho de 1913 a outubro de 1914, ficou internado no sanatório de Clavadel, perto de Davos-Platz, na Suíça, ali reaprendendo o alemão, estudado no ginásio, e fazendo amizade com Paul Eugène Grindel, depois notabilizado como o poeta francês Paul Éluard.

Viveu a maior parte de sua vida no Rio de Janeiro – solteiro, sozinho, em quartos e apartamentos, mas cercado de amigos, e mantendo intensa correspondência com alguns deles, especialmente Mário de Andrade e Carlos Drummond de Andrade. Apesar do muito trabalho como poeta, cronista, tradutor, ensaísta, crítico de cinema, música e artes plásticas, professor, inspetor de ensino, viveu sempre modestamente, na pobreza mesmo.

A poesia somente começou a lhe render algum dinheiro quando já tinha 50 anos e era célebre. “O ano de 1937 – confessa em suas memórias (*Itinerário de Pasárgada, 1954*) – me trouxe o primeiro provento material que me valeu a poesia: os 5.000 cruzeiros do prêmio da Sociedade Felipe de Oliveira, da qual vim a fazer parte em 1942. Parece incrível, mas é verdade: aos 51

“Fico pasmo com a sua capacidade de trabalho no limiar dos 80 anos. Podia descansar, e tem direito a isso. Prefere exigir sempre de si mesmo.”

anos nunca eu vira até aquela data tanto dinheiro em minha mão.”

Drummond conta, em *O observador no Escritório*, que o Ministério da Educação e Cultura queria pagar a ambos, para organização de uma antologia de literatura brasileira, importância menor do que pagaria editora comercial, alegando, para justificar a acanhada proposta, o interesse sócio-cultural do projeto, o de levar a literatura nacional à juventude, a preço baixo.

Em seguida, comenta: “Os antologistas devem sacrificar um pouco os seus interesses pessoais. Sacrifício... Podemos exigí-lo de um Manuel Bandeira, que envelheceu em pobreza digna, e que aos 76 anos viaja em pé no ônibus, apesar de sua glória no país, enquanto jovens bem-sucedidos circulam em carros luxuosos sem nada terem feito ainda de importante?”

Em outro ponto, Drummond acentua: “Manuel trabalha todas as manhãs”. Naquele momento traduzia Rubaiyat, para a Edições de Ouro. “Fico pasmo com a sua capacidade de trabalho no limiar dos 80 anos. Podia descansar, e tem direito a isso. Prefere exigir sempre de si mesmo.”

A poesia está em tudo: tanto nos amores quanto nos chinelos

Tendo viajado na infância, com o pai, para o Rio de Janeiro e São Paulo, Bandeira relata nas memórias ter nascido para a vida consciente em Petrópolis, “pois de Petrópolis datam as minhas mais velhas reminiscências” (*Itinerário*). Voltou para Recife com seis anos de idade, morando, até os 10 anos, na casa do seu avô materno, Antônio José da Costa Ribeiro, advogado e parlamentar, na Rua da União, tão decantada em seus poemas,

como em *Evocação de Recife* (na casa funciona hoje o Espaço Pasárgada, voltado para atividades culturais, com ênfase na poesia).

Em *Cartas do meu avô*, do primeiro livro, evoca o amor dos avós:

“E, enquanto anoitece, vou
Lendo, sossegado e só,
As cartas que meu avô
Escrevia a minha avó. Enternecido sorrio
Do fervor desses carinhos.
É que os conheci velhinhos,
Quando o fogo já era frio”.

De seus primeiros contatos com a poesia, Bandeira nunca se esqueceu dos versos que um mendigo recitara, a pedido, de brincadeira, de seu pai, em troca de uma esmola:

“Tive uma choça, se ardeu-se/Tinha um só dente, caiu/Tive uma arara, morreu/Um papagaio, fugiu/Dois tostões tinha de meu/Tentou-me o diabo, joguei-os/E fiquei sem ter mais meios/De sustentar os meus brios/Tinha uns chinelos...Vendi-os/ Tinha uns amores...Deixei-os.”

Depois de transcrevê-los, o poeta completa no *Itinerário*: “Assim, na companhia paterna ia-me eu embecendo dessa idéia que a poesia está em tudo – tanto nos amores como nos chinelos, tanto nas coisas lógicas como nas disparatadas”.

Além destes versos, dos contos de fadas e das cantigas de roda, outras impressões poéticas de sua infância foram livros como *Viagem à roda do mundo numa casquinha de noz*, “que teve uma influência muito forte em mim; por ele adquirir a noção de haver uma realidade mais bela, diferente da realidade cotidiana, e a página do macaco tirando cocos para os meninos despertou o meu primeiro desejo de evasão. No fundo, já era Pasárgada que se prenunciava”, alusão ao reino paradisíaco a que aspirava.

Em Recife, dos seis aos dez anos, frequentou colégios, conviveu com personagens reais que levou para seus versos, como Totônio Rodrigues, sobrinho de seu avô, a preta Tomásia, cozinheira da casa da Rua da União, Rosa, ama-seca, as ruas em volta da casa do avô. Leu o livro *Coração*, de De Amicis, tradução de João Ribeiro.

Sobre este período da infância, escreveu nas memórias: “Quando comparo esses quatro anos de minha meninice a quaisquer outros de minha vida de adulto, fico espantado do vazio destes últimos em cotejo com a densidade daquela quadra distante.”

O humilde cotidiano da rua do Curvelo penetrou na sua poesia

Outro período significativo de sua vida foi o dos 13 anos em que, falecido seu pai, em 1920, foi morar sozinho numa casa da rua do Curvelo, depois Dias de Barros, em Santa Teresa, Rio de Janeiro, para a qual, meses antes, também se mudara Ribeiro Couto, que incentivaria sua ida para a ABL.

No *Itinerário*, o poeta contou: “A rua do Curvelo ensinou-me muitas coisas. Couto foi avisada testemunha disso e sabe que o elemento de humilde cotidiano que começou desde

então a fazer parte de minha poesia não resultava de nenhuma intenção modernista. Resultou, muito simplesmente, do ambiente do morro do Curvelo". Bandeira invoca então este trecho do discurso, abaixo transcrito de modo mais completo:

"Das vossas amplas janelas, tanto as do lado da rua em que brincavam crianças, como as do lado da ribanceira, com cantigas de mulheres pobres lavando roupa nas tinas de barrela, começastes a ver muitas coisas. A ouvir também muitas coisas: ao longe, no tumulto confuso que vinha do Catete, da Glória e do Flamengo, a maravilhosa 'sinfonia da vida civil'. Entrando na vossa alma, dando-se, pedindo para ser amado, o morro do Curvelo entrava, humilde, na poesia brasileira. Como de um território mágico, tomastes posse do cotidiano. A poesia não estava só em vós, estava também naquilo que o mundo de em torno vos oferecia. O cotidiano também tem a sua santidade e a sua sublimidade. Até então a vida vos vinha 'através dos livros e dos jornais', por causa do ascetismo da forçosa prisão, o quarto do 'menino doente'. O morro do Curvelo, em seu devido tempo, trouxe-vos aquilo que a leitura dos grandes livros da humanidade não pode substituir: a rua. Viva, simples e sem história: a rua".

O momento mais inesquecível do poeta: a perda do pai

Outro acontecimento que marcou a sua vida foi a perda do pai, em 14 de maio de 1920, ele, que já perdera a mãe em 1916, e, em 1918, a irmã, Maria Cândida de Souza Bandeira, sua enfermeira desde 1904: "...Tão forte e morreu de gripe/Tão pura e não teve sorte/Maria do meu amor". O irmão, Antônio Ribeiro de Souza Bandeira, faleceria em 1922.

Nas memórias, confessou: "Quando meu pai era vivo, a morte ou o que quer que pudesse me acontecer não me preocupava, porque eu sabia que pondo a minha mão na sua, nada haveria que eu não tivesse a coragem de enfrentar. Sem ele eu me sentia definitivamente só. E era só que teria de enfrentar a pobreza e a morte".

Depois, em texto republicado em livro de crônicas (*Andorinha, andorinha*, 1966), contaria a sensação horrível que certa vez tivera, ao lhe faltar a respiração no quarto, quando imaginou que, embora sua pequena família estivesse toda em casa, poderia morrer separado do seu pai, por uma simples parede, não pelo Oceano Atlântico, ao qual atravessaria para chegar a Clavadel:

"Foi horrível. Mas foi uma lição. Desde aquele momento compreendi que não adianta apreender o futuro. Vivemos anos

apreendendo um perigo imaginário que não acontece; somos surpreendidos por uma desgraça em que jamais havíamos pensado. A sabedoria está em pôr o coração à larga e entregar a alma a Deus. No ano seguinte parti para a Suíça. Não morri lá. Não morrerei com a mão na de meu pai. Ele é que morreu com a sua na minha. Eis o meu momento mais inesquecível."

Ribeiro Couto observou, no discurso da ABL, que Bandeira, na véspera de Finados, poderia dizer a alguém que tenha conhecido seu pai, para procurar a sepultura dele levando três rosas bem bonitas e ali rezar "uma oração, não pelo pai, mas pelo filho: o filho tem mais precisão".

O reino paradisíaco a que aspirava o poeta: Pasárgada

"...Vou-me embora pra Pasárgada
Lá sou amigo do rei
Lá tenho a mulher que eu quero
Na cama que escolherei
Vou-me embora pra Pasárgada (...)"

Vou-me embora pra Pasárgada, contou Bandeira, "foi o poema de mais longa gestação em toda a minha obra". Viu o nome pela primeira vez aos 16 anos, num autor grego. A cidade de Pasárgada fica a sueste de Persépolis, antiga capital da Pérsia, hoje Irã.

"Esse nome de Pasárgada, que significa "campo dos persas" ou "tesouro dos persas", suscitou na minha imaginação uma paisagem fabulosa, um país de delícias (...) Mais de vinte anos depois, quando eu morava só na minha casa da rua do Curvelo, num momento de fundo desânimo, da mais aguda sensação de tudo o que não tinha feito na minha vida por motivo da doença, saltou-me de súbito do subconsciente esse grito estapafúrdio: 'Vou-me embora para Pasárgada'.

O poema, porém, não saiu de imediato, e ele abandonou a ideia. "Alguns anos depois, em idênticas circunstâncias de desalento e tédio, me ocorreu o mesmo desabafo de evasão da 'vida besta'. Desta vez o poema saiu sem esforço, como se já estivesse pronto dentro de mim. Gosto desse poema porque vejo nele, em escorço, toda a minha vida; e também porque parece que nele soube transmitir a tantas outras pessoas a visão e promessa da minha adolescência – essa Pasárgada onde podemos viver pelo sonho o que a vida madrasta não nos quis dar".

Todas as mulheres do poeta foram atraídas por sua poesia

A vida madrasta foi parcimoniosa com o poeta no capítulo mulheres. Quando Bandeira foi morar na Rua do Aqueduto, depois Almirante Alexandrino, no Rio, em 1908, viviam na vizinhança os Blank. A senhora Frédy Blank se tornou logo amiga da sua irmã, Maria Cândida, e, depois de toda a família, conta Francisco de Assis Barbosa, acrescentando: "Frédy Blank, que o poeta tratava carinhosamente de Moussy, foi a grande afeição de Manuel Bandeira, pode-se mesmo dizer o seu grande amor. Embora nunca tenham vivido sob o mesmo teto, a relação durou 56 anos".

O mesmo biógrafo conta que Maria de Lourdes Heitor de Souza foi a companheira da fase final da vida do poeta, que passou seus últimos meses no apartamento dela, em Copacabana.

A almoço com Drummond na Editora José Olympio, Bandeira fora desacompanhado, e "seu comportamento era



mais solto", segundo registrou o amigo, em 9 de junho de 1965, em O observador no escritório, acrescentando: "Diz que sua poesia, por muitos anos, não lhe rendeu nada materialmente, mas, em compensação, todas as mulheres que passaram por sua vida o fizeram atraídas por seus versos. Ele não tinha outras condições para encantá-las, pobre e doente como sempre foi."

O poeta e romancista alagoano Lêdo Ivo, da ABL, em *Confissões de um poeta*, conta que visitava Bandeira quando a campainha tocou. "Bandeira se levanta, abre a porta do apartamento, e protege, com o corpo, um vulto de mulher madura que se encaminha diretamente para o seu quarto. Quando ele volta à sala, já estou de pé para a despedida. Então, com um sorriso dentuço, ele comenta: '– Minha tarde está minada.'"

“Diz que sua poesia,
por muitos anos, não
lhe rendeu nada
materialmente, mas,
em compensação,
todas as mulheres
que passaram por
sua vida o fizeram
atraídas por seus
versos. Ele não tinha
outras condições
para encantá-las,
pobre e doente como
sempre foi.”

Conta também, na mesma obra: "Ao cair da noite, dou uma carona a Manuel Bandeira que, no centro da cidade, esperava um táxi inexistente. Deixo-o numa rua de Botafogo. O poeta quase octogenário, numa alusão à sua tão proclamada energia sexual, diz-me, à guisa de despedida: '– Vou-me à grande aventura.'"

A sensualidade do poeta está refletida em vários de seus poemas. Em *Evocação de Recife*, lembrando a infância, contou:

"Um dia eu vi uma moça nuinha no banho.
Fiquei parado o coração batendo.
Ela se riu.
Foi o meu primeiro alubrimento".

A frustrada aventura sexual do quase octogenário poeta

Com mais esta inconfidência de Lêdo Ivo, na mesma obra, encerramos o tópico da sensualidade do poeta:

"Manuel Bandeira, que assegurava aos íntimos ter ciosamente guardado para os gloriosos dias da velhice uma energia sexual habitualmente incompatível com a idade preclara, não queria morrer sem ter ido para a cama com uma negra. A mim, que algumas confidências logrei recolher de suas aventuras amorosas e carnavais, apesar de sua consabida reserva nessa área, mais de uma vez se queixou do tempo gasto com as 'brancaronas azedas', quando desde a sua juventude de tuberculoso não se deitava com as negras, cujos corpos admiráveis tanto admirava, e enchiam sua imaginação lírica (ou lúbrica)..."

O "desejo supremo" do poeta transpirou, um amigo editor serviu de intermediário, e foi pactuado o encontro dele com uma vedete negra do teatro rebolado, que cobrou caro alegando "os riscos da empreitada, pois o poeta já frisava pelos oitenta anos". O caso chegou, porém, aos ouvidos do médico de Bandeira, que "vetou implacavelmente" essa "derradeira aspiração carnal", alegando que "a idade avançada não autorizava cometimento amoroso tão ousado".

Casa limpa e mesa posta à espera da grande noite

No poema homenagem *Ode no cinquentenário do poeta*, Drummond afirma: "Esse incessante morrer/que nos teus versos encontro/É tua vida, poeta...". Em *Consoada* ("leve refeição noturna, sem carne, que se toma em dia de jejum", esclarece o Dicionário Houaiss), Bandeira diz: "Quando a Indesejada das gentes chegar/ (Não sei se dura ou caroável),/Talvez eu tenha medo./ Talvez sorria, ou diga:/ - Alô Iniludível! O meu dia foi bom, pode a noite descer./ (A noite com os seus sortilégios.)/ Encontrará lavrado o campo, a casa limpa/A mesa posta/Com cada coisa em seu lugar".

Bandeira faleceu em 13 de outubro de 1968, às 12h50, quando estava internado no Hospital Samaritano, em Botafogo, na presença da sobrinha Helena Bandeira Cardoso, sendo sepultado no Mausoléu da ABL, no Cemitério de São João Batista, Rio de Janeiro. Reencontrou assim sua avó, seu avô, Totônio Rodrigues, Tomásia, Rosa, que dançavam, cantavam e riam, ao pé das fogueiras acesas da festa de São João, em Recife, quando o poeta tinha seis anos de idade, e, há muito, estão todos deitados, todos dormindo, profundamente, tal como diz em *Profundamente*, um dos seus mais comoventes poemas.

O apelo do poeta aos amigos e inimigos em favor de Ouro Preto

Como se comemora este ano o tricentenário de Ouro Preto, vale registrar que, grande amigo de Rodrigo Melo Franco de Andrade, criador do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Manuel Bandeira se ocupou da cidade histórica desde cedo. Em *Crônicas da Província do Brasil* (1937), escreveu De Vila Rica de Albuquerque a Ouro Preto dos Estudantes, dizendo que Ouro Preto "é a cidade que não mudou, e nisso reside seu incomparável encanto", e Aleijadinho, relato da vida e do talento artístico do torturado escultor Antônio Francisco Lisboa.

Depois, abriu o livro *Lira dos Cinquent'anos* (1940) com o poema Ouro Preto. E, no poema *Minha gente, salvemos Ouro Preto*, do livro *OPUS 10* (1952), pediu a seus amigos e a seus inimigos que ajudassem a "avozinha", que vacilava diante das chuvas de verão que ameaçaram derruí-la. Publicou um *Guia de Ouro Preto*, em 1938. Em ensaio literário, enfrentou o polêmico tema da autoria das *Cartas Chilenas*, em que viu "prova de estilo favorável a Gonzaga" (o poeta inconfidente Tomás Antônio Gonzaga, radicado em Vila Rica e autor de "Marília de Dirceu").

Referências bibliográficas

- *Manuel Bandeira* – Poesia Completa e Prosa (vol. único), Organização: André Seffrin, Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 2009.
- *Seleção de Prosa*/Manuel Bandeira, 4ª. imp., org. de Júlio Castañon Guimarães, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1997.
- *Itinerário de Pasárgada* * De Poetas e de Poesia, Rio de Janeiro, Livraria São José, 1957.
- *Andorinha, andorinha*, seleção e coord. de texto de Carlos Drummond de Andrade, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1966.
- *Estrela da Vida Inteira*, 4ª. ed., Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1973.
- *Seleção em Prosa e Verso*/ Manuel Bandeira, 2ª. ed., org., estudos e notas de Emanuel de Moraes, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1975.
- *Manuel Bandeira* (Coleção Fortuna Crítica 5), org. por Sônia Brayner, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira/Instituto Nacional do Livro – INL (MEC), 1980.
- *Três Retratos de Manuel Bandeira*, Ribeiro Couto, introdução, cronologia e notas de Élvia Bezerra, Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 2004.
- *Confissões de um Poeta*, Lêdo Ivo, DIFEL, São Paulo/Rio de Janeiro, em convênio com o INL (MEC), 1979.
- *Manuel Bandeira de Corpo Inteiro*, Stefan Baciú, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1966.
- *O observador no escritório*, Carlos Drummond de Andrade, Rio de Janeiro, Record, 1985.
- *A vida indesejada que a poesia transfigurou*, reportagem Gutemberg da Mota e Silva no centenário do poeta, Estado de Minas, Segunda Seção, Belo Horizonte, 15-4-1986

Principais obras

- *A Cinza das Horas*
- *Carnaval*
- *O Ritmo Dissoluto*
- *Libertinagem*
- *Crônicas da Província do Brasil*
- *Antologia dos Poetas Brasileiros da Fase Romântica*
- *Antologia dos Poetas Brasileiros da Fase Parnasiana*
- *Noções de História das Literaturas*
- *Lira dos Cinquent'anos*
- *Obras Poéticas de Gonçalves Dias*
- *Poemas Traduzidos*
- *Guia de Ouro Preto*
- *Apresentação da Poesia Brasileira*
- *Belo Belo*
- *Mafuá do Malungo*
- *Opus 10*
- *Itinerário de Pasárgada*
- *Estrela da Manhã*
- *Estrela da Tarde*
- *Estrela da Vida Inteira*
- *Andorinha, Andorinha*



Ao leitor, direito à censura

João Quintino Silva
Desembargador do TJMG, aposentado

A gente lê para regalo do espírito, informação da inteligência, aprimoramento intelectual. Por isso, o direito à censura do objeto de cada leitura, na conformidade de nossas convicções pessoais. É o exercício da crítica, a qual, de sua vez, comporta contracrítica – todo esse esforço a visar o encontro do perfeito ideal, no conteúdo e na forma, na qualidade da mensagem ou na natureza do instrumento dela.

Básico da presente reflexão, o soneto *As Naus*, do catarinense Luiz Delfino dos Santos (1334 - 1910), médico de ofício, considerado “o mais fecundo dos poetas brasileiros” (José Schiavo) ou “o maior poeta do Brasil” (Sívio Romero), admirado e acatado por Manuel Bandeira (notas colhidas em *Os 150 mais célebres Sonetos da Língua Portuguesa*, de José Schiavo, pág. 152, e em *As mais belas Poesias Brasileiras de Amor*, de Frederico dos Reis Coutinho, Ed. Vecchi, pág. 236).

Vazou sua larga produção, inédita enquanto vivo, ecleticamente afeiçoado às escolas Romântica, Parnasiana e Simbolista, em suas linhas gerais, sem submissão absoluta às suas regras. De tendência libertária, agiu como um pré-modernista, sem dúvida.

As naus – bonito soneto alexandrino clássico, metáforas inusitadas, criativo, comparações retumbantes, com um verso-chave de forte impacto emocional, o estilo “grandiloquo e corrente”, de “alto som sublimado” de que nos fala Camões na abertura de *Os Lusíadas*, tudo lembrando o condoreirismo de Castro Alves e de Vítor Hugo.

Pareceram-me vulneráveis os pontos sublinhados.

Típico do alexandrino é o verso de 12 sílabas ou pés, com acento forte ou censura na 6ª, versão da Escola Francesa.

Poema formal por excelência, não comporta variação do critério, quer quanto ao número de sílabas de cada verso, quer quanto ao ponto de incidência da censura. Malgrado, o segundo verso da primeira estrofe – “marcha das aves do mar, que chegam fatigadas” – e o primeiro da quarta estrofe – “sois mais do que esses troféus lendários de granito” – extrapolam para 13 pés, uma característica do verso bárbaro. A par disso, em

Sobre as asas pairando, as naus entram na lenta marcha das aves do mar, que chegam fatigadas, (13 pés) e, enquanto aos pés, em flor, uma vaga rebenta, outras cantam solaus, rindo, em torno grupadas. Parecem catedrais marmóreas, torreadas, fugindo a um velho mundo e fugindo á tormenta, que entre nichos de pedra e agulhas lanceoladas rolam pesadamente a mole corpulenta.

Dromedários do mar – intérimo Saara – ó naus, vós afrontais os ciclones, o grito que vem do abismo fundo e urações, cara a cara!

Sois mais do que esses troféus lendários de granito, (13 pés) no seu panejamento enorme de Carrara... Vós, cuja base é o oceano e cúpula o infinito!...

“É o exercício da crítica, a qual, de sua vez, comporta contracrítica – todo esse esforço a visar o encontro do perfeito ideal, no conteúdo e na forma, na qualidade da mensagem ou na natureza do instrumento dela.”

ambos, a censura está deslocada para a 7ª sílaba, com quebra de ritmo e sacrifício da harmonia. Isso terá tido causa em açodamento da escrita e carência de revisão do próprio autor que, aliás, dividia seu tempo entre versificação e o receituário médico, muita coisa produzindo no próprio consultório ou a caminho deste, nos intervalos do atendimento clínico.

Dever de quem diagnostica o mal é indicar a terapia. Os dois *precit* dos versos se enquadrariam no dodecassílabo, com acento forte reposto na sexta sílaba (mar e troféus) mediante

“Tudo, um simples parecer. Qualquer objeção será bem-vinda. Virtude do crítico é respeitar a contracrítica, evoluir com ela.”

uma simples elisão contracional em “das aves” e a supressão do vocábulo “do”, na expressão “mais do que esses”. Teríamos, ao correto:

“marcha d’aves do mar, que chegam fatigadas”,
“sois mais que esses troféus lendários de granito”

O terceiro verso da penúltima estrofe: “que vem do abismo fundo e uracões, cara a cara” contém dois desagrados porque contrários à pureza linguística. Aponto-os.

A combinação “abismo fundo” ressoa pleonástica, redundante. Abismo é etmo de conceito absoluto, de conteúdo inalterável, donde não comportar graduação, nem mais nem menos. Abismo é o que é. Os dicionários o definem como lugar profundo – profundidade sem termo – cavidade cujo fundo é desconhecido – profun-deza incomensurável – precipício escancarado...

Entendo excludível a palavra fundo. O retorno do verso à sua medida regular se alcançará mediante a substituição da flexão verbal vem por procedem.

Consequentemente, a nova redação “que procedem do abismo e uracões, cara a cara”.

“Cara a cara” corresponde a construção vulgar, desprimorosa. Evitável, quando possível. Na hipótese, em face da rima e do sentido do verso, não encontra substitutivo. Prevalece como um caso de licença poética.

O quarto verso da primeira estrofe desafia em comentário. Lê-se:

“outras cantam solaus, rindo, em torno grupadas”.

Cantar solau e rir, a um só tempo, como numa tragico-média, não se coadunam. Ora, por solau se entende “antiga romança de letra e música tristes”, melancólicas, “cantada para desabafo de tristezas íntimas”, “para consolação de quem as sofra”.

O riso – demonstração de alegria, de prazer, satisfação, também de escárnio, zombaria, faz-se incompatível com a finalidade da arte de cantar um solau.

Por que não a redação:

“outras cantam solaus, derredor grupadas”, na qual em derredor substitui em torno e garante a dimensão do alexandrino?

O soneto ficaria, assim, mais compassado e uniforme, mais solto e fluido à leitura.

Sobre as asas pairando, as naus entram na lenta
marcha d’aves do mar, que chegam fatigadas,
e, enquanto aos pés, em flor, uma vaga rebenta,
outras cantam solaus, em derredor grupadas.

Parecem catedrais marmóreas, torreadas,
fugindo a um velho mundo e fugindo à tormenta,
que entre nichos de pedra agulhas lanceoladas
rolam pesadamente a mole corpulenta.

Dromedários do mar – intérmino Saara –
ó naus, vós afrontais os ciclones, o grito
que procede do abismo e uracões, cara a cara!
Sois mais que esses troféus lendários de granito,
no seu panejamento enorme de Carrara...
Vós, cuja base é o oceano e cúpula o infinito!...

Tudo, um simples parecer. Qualquer objeção será bem-vinda. Virtude do crítico é respeitar a contracrítica, evoluir com ela.

Uracões (furacões) – neologismo, posto que sem registro em nosso vernáculo, provém de *hurackan*, do Taino (dialeto indígena das Antilhas) absorvido pelo Castelhana sob a grafia *huracán*.

Antes, agora, depois

José Fernandes Filho

Desembargador aposentado, ex-presidente do TJMG

Nem mudo, nem estático – fala e movimentada - retrato, em preto e branco, confirma: o tempo não esmaeceu a cor dos olhos, ainda de brilhos, passados mais de cinquenta anos. Aprumados, cabelos escorridos, de gravata os dois homens; as duas mulheres, produzidas para a ocasião, discretas auxiliares do fotógrafo. O mais velho, agraciado pela vida; o mais novo, batido pela vida. Das duas, uma mais sofrida, a mais velha; a mais nova, lição de vida, antecipada maturidade.

O trabalho de revelação não experimentou exageros ou retoques: olhos de esperança, postura de quem crê, rostos de quem sonha com o futuro.

Éramos assim, os quatro.

Passaram-se os anos. A roda do tempo completa sua primeira volta. Severina, a vida deixou marcas: infância penosa, mãe sacrificada, ainda jovem. Ficou o pai, desorientado. Acudiram os parentes, tios e tias, novos pais, novas mães. Cada um abrigado em novo lar; até a caçula, de tenra idade, criada pela avó paterna. Lares de carinho e temura, mas não o lar original, a ausência da mãe, centros de gravidade.

Crescemos, casamos, tivemos filhos. Cada um caminhando na estrada do possível. O mais velho dos homens, intrigantemente abençoado, a despeito das provações a lhe cortarem a carne. Degraus, muitos, de imaginária escada, que o elevou além da medida. O mais novo, existência difícil, de poucas bênçãos e muito cansaço. Parado, perdido, sem horizontes. Faltou-lhe chão, teimoso colecionador de pedras.

Insensível, a roda do tempo dá outra volta: ele parte, logo ele, o irmão mais novo, cedo arrancado à vida. Sobrevivem os

filhos, também filhos dos três. A noite desce, a escuridão assusta.

Caprichosa, de curvas e atalhos, a vida vai conduzindo os três. Até quando? Para onde?

Nova volta na roda do tempo. Chamam alguém! Desta vez a mais velha das irmãs, ombros arqueados ao peso da cruz que suportou com dignidade. Seus filhos, desde então, filhos dos dois que sobram. Mais sofridos, mais sacrificados, mais abatidos, ele e ela, os chamados, ou os eleitos?

Reduzidos a dois, o mais velho e a mais nova, permanecemos engasgados com a pergunta sem resposta: porque eles, os mais provados, e não nós, os bafejados pelo destino? Será justo encurtar a vida de quem pouca vida tivera? Porque, sem a sorte que nos favoreceu, a nós, que ficamos, foram eles chamados, quando sequer chegaram a viver a vida a que teriam direito?

Éramos quatro; depois, três; agora, dois: finitude e passagem. Dois casais que espreitavam a vida. Pessoas quatro, partidas ao meio. Quatro, depois?

Maior do que nós, o ministério nos remete ao espaço, vazio, que nos separou. Para sempre?

Esta questão. Até que chegue a resposta, fugidia e talvez impossível, continuarmos juntos, na comunhão mística dos que se amam e se perdoam.

Contará melhor aquele que nos suceder. Sem, contudo, penetrar na nossa sacralidade. Mas contará. A seu modo, com viés e tendências de narrador. Esperamos, os quatro, que sem exageros ou retoques, como o retrato, preto e branco, indiferente às voltas da roda do tempo.





Juscelino Kubitschek

O mecenas da modernidade no Brasil

Daniel César Botto Collaço
Juiz de Direito em Uberaba

Juscelino Kubitschek de Oliveira nasceu em 12 de setembro de 1902 em Diamantina, Minas Gerais. Filho de um caixeiro-viajante e de uma professora, formou-se como médico na cidade de Belo Horizonte, em 1927. Fez curso e estágio complementares em Paris e Berlim, em 1930, e casou-se com Sara Lemos, em 1931.

Começou a trabalhar como capitão-médico da Polícia Militar, quando fez amizade com o futuro governador Benedito Valadares, o qual colocou o amigo como seu chefe de gabinete. A seguir, Kubitschek foi eleito deputado federal (1934-1937) e nomeado prefeito de Belo Horizonte (1940-1945) onde realizou obras de remodelação da cidade.

Após um mandato como deputado constituinte, em 1946, foi eleito governador de Minas Gerais (1950 a 1954). Em seguida, venceu a eleição para presidente da República e assumiu a dura missão de fazer o Brasil se modernizar, crescendo “Cinquenta anos em cinco”.

Na Presidência, construiu hidrelétricas e estradas, promoveu a industrialização e a modernização da economia. Um de seus principais feitos foi a construção da cidade de Brasília e a instituição do Distrito Federal, que marcou a transferência da capital federal (até então no Rio de Janeiro), em 21 de abril de 1960.

Na era pós-Vargas, quando o Brasil precisava de alguém com a “mente aberta” às novas adaptações, o nome de Juscelino Kubitschek surgiu como a grande esperança tanto para a revolução social, como para o salto cultural que se fazia necessário. O seu governo foi marcado por essas mudanças, simbolizadas pela “bossa nova”.

BH, o ensaio de Brasília

Em 1940, então prefeito de Belo Horizonte, Juscelino Kubitschek idealizou um novo bairro para a capital, que seria essencialmente turístico. Criou uma lagoa artificial na Pampulha e convidou o amigo Oscar Niemeyer para projetar alguns prédios em suas margens. Com seus traços marcantes, Niemeyer desenhou quatro obras que acompanham as curvas da lagoa e se espalham pelos 18 km de orla: o Cassino da Pampulha, posteriormente transformado em Museu de Arte, com a proibição do jogo de azar no país; a Casa do Baile; o Iate Tênis Clube; e, finalmente, a Igreja de São Francisco de Assis, também conhecida como a ‘Igrejinha da Pampulha’, o ponto alto do

complexo, por abrigar também o trabalho paisagístico de Burle Marx e azulejos de Portinari.

Pode-se afirmar hoje que o Conjunto Arquitetônico da Pampulha foi uma antevisão de Brasília, prenúncio da tendência e do trajeto que seria percorrido, de maneira notável, pela arquitetura brasileira, com repercussão no exterior.

O plano da capela, em seu traçado interior, é rigorosamente geométrico, obedecendo a um esquema retangular, tanto em relação à nave como à parte dos fundos, destinada à sacristia e aos serviços afins. A cobertura oferece notável mobilidade visual.

Na construção desse pequeno templo, um dos mais avançados do mundo naquela época (o ano era 1943), Niemeyer utilizou-se das vantagens técnicas e plásticas do novo material empregado: o concreto armado. Graças a este recurso, as linhas e as formas adquiriam relevo e expressão e valorizaram-se esteticamente.

É indiscutível que o artista procurou tirar partido de formas arquitetônicas que já começavam a se assemelhar à beleza da escultura barroca, graças às suas curvas, desenhadas dentro de um singular espírito de harmonia e equilíbrio. Nessa obra não se vê a frieza, tão discutida por vários críticos, peculiar à arquitetura da escola de Le Corbusier, para quem uma casa “era uma máquina de morar”. Essa mesma frieza de concepção teórica não é vista na arte de Oscar Niemeyer. Em inúmeras de suas construções, palpita a vibração plástica e ornamental do barroco. Outras se assemelham ousadamente a esculturas.

A Capela da Pampulha apresenta uma grande parábola na fachada frontal e outra menor à esquerda. Essa fachada é toda protegida por um extenso brise-soleil. Uma torre de pedra lateral, separada da capela, foi destinada ao sino. A fachada dos fundos tem uma parábola mais elevada, ladeada por duas menores à esquerda e outra à direita. Toda essa fachada móvel está revestida de azulejos figurativos feitos por Paulo Werneck sobre maquetes de Portinari. As fachadas laterais são de concreto.

Capela da polêmica

Apesar dessas características notáveis, o então arcebispo de Belo Horizonte, orientado por católicos ultraconservadores, viu na obra um atentado à religião. Chegaram até a compará-la a uma garagem de cimento armado, “inadequada ao serviço religioso”.

“Juscelino nos deixou um legado. Marcou não só uma época, mas toda a nossa forma e concepção de ver o mundo. Acreditou no que fez, honrou-nos com suas ideias as quais não ficaram somente em papel.”

Em face da hostilidade do arcebispo, D. Antônio dos Santos Cabral, a capela não foi consagrada após sua construção. Em virtude desse fato desagradável, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional agiu imediata e providencialmente e a obra logo foi tombada. Assim, evitou-se sua possível destruição, ficando resguardado seu indiscutível valor artístico.

Também a decoração mural de Portinari – uma têmpera dedicada a São Francisco de Assis, padroeiro da igreja – sofreu inúmeros ataques. Até mesmo um pequeno detalhe, considerado desrespeitoso, não escapou a seus detratores: o artista colocara um cão sentado sobre as patas traseiras, quase no primeiro plano, junto às pernas do santo. Tratava-se de uma objeção totalmente irrelevante. Francisco de Assis é, por excelência, o protetor dos animais.

As críticas chegavam ao absurdo: falou-se até da feiúra do santo! Portinari reagia a essa invectiva dizendo que os santos foram mártires e sofredores. E juntava, num desabafo eloquente e simples de um homem do povo: “Esses cretinos não sabem nada. Os santos sofrem pra burro!”

Fernando Sabino, em uma de suas crônicas, registrou esse desabafo de Portinari.

O pintor executou, a seguir, uma *Via Sacra* composta de pequenos quadros expressionistas, perfeitamente compatíveis com o tamanho e proporções da capela.

Como resultado de toda essa polêmica, a sagração da igreja só ocorreu algum tempo depois, pelo arcebispo sucessor de Dom Cabral, Dom João de Resende Costa. Esse episódio pôs fim à oposição mais violenta e rumorosa movida no Brasil contra uma obra de arte de vanguarda. O fato foi muito discutido e explorado, até mesmo no estrangeiro.

Exemplo na Inquisição

A respeito de seu entendimento e contato com os artistas que trabalharam na obra, Juscelino contou em suas memórias que Portinari, assim que foi convidado, começou imediatamente a traçar o risco do painel. Um depoimento autorizado e que vem demonstrar a capacidade técnica e a facilidade com que o artista se entregava aos trabalhos encomendados.

Num artigo escrito por Antônio Bento, a propósito da oposição movida pelas autoridades eclesiásticas contra a Capela da Pampulha, procurou defender a liberdade de criação artística. Lembrou que, se o fato acontecesse no tempo da Inquisição, talvez Oscar Niemeyer, Portinari e os demais colaboradores e construtores da obra tivessem sofrido os castigos do Santo Ofício. Seguramente estariam diante de um tribunal religioso, respondendo a um suposto atentado à Igreja. Chegou a citar, a título de exemplo, o episódio do processo movido contra Veronese pela Inquisição. O mestre da escola veneziana pintara as *Bodas de Canaã*. Acusaram-no de desrespeito à religião: o artista havia colocado um cão no painel, assim como algumas manchas de sangue espalhadas na tela. Inquirido por seus julgadores, que se presumiam doutores em matéria de arte, Veronese deu-lhes uma lição que ficou histórica. Disse-lhes que tinha todo o direito de pintar a cena bíblica como bem lhe aprouvesse, pois o artista não devia obediência à verdade histórica, à moral, à religião ou à política, assim como a outras subordinações de qualquer espécie.

O cão pintado era, por exemplo, apenas uma figura de que necessitava para equilibrar a composição, do mesmo modo que

o sangue era uma nota de vermelho, escolhida em função do colorido da tela.

Veronese foi absolvido. A inépcia das acusações e a sinceridade com que se defendeu pouparam-no de um castigo mortal.

Na decoração de Portinari, colocada na parede dos fundos da capela, a figura de São Francisco domina a composição. Prevaecem no colorido, variados tons de terra. O mesmo se observa na roupagem do Santo. Esta se assemelha mais a uma túnica do que ao hábito tradicional dos franciscanos. Termina acima dos joelhos. Uma das pernas tem uma cor terrosa, enquanto aparece na outra uma espécie de calça branca.

Não há nenhuma fantasia ou extravagância do pintor nessa representação, aparentemente insólita, de São Francisco de Assis. Trata-se, sem dúvida, de uma figura dramática. Mas, nessa época, toda a sua pintura tinha essa característica. A oposição ao cachorro feito na Pampulha recordava a tola acusação articulada outrora contra Veronese.

O desenvolvimento da composição é semi-abstrato. Vêem-se grandes retângulos brancos, com recortes de terra. Há vários grupos de figuras nos diversos planos do mural. As tonalidades terrosas, entrecortadas pelos espaços em branco, dão ao conjunto da obra equilíbrio admirável. Estão harmonizadas com a forma e o corpo da nave.

Na frente do painel existem apenas duas pequenas mesas, uma central e outra lateral, destinadas às celebrações religiosas. Essa "ousadia" de Niemeyer, em matéria de liturgia, também foi considerada herética. Mas a verdade é que se mostrou perfeitamente adequada às reformas ocorridas na igreja a partir de João XXIII.

Em uma de suas passagens por Belo Horizonte, Antônio Bento foi convidado a participar de um júri de pintura em Sabará. A sua grande colega e amiga Mari' Stella Tristão teve a gentileza de levar Antônio Bento e sua mulher à missa das dez horas na Capela da Pampulha. Era um domingo cheio de sol. Ficaram comovidos, conforme se expressa Antônio Bento, com a cerimônia. Coadunava-se perfeitamente com a liturgia atual da Igreja. Não só por isso. O culto desenrolava-se diante do impressionante painel de Portinari, no qual a figura de São Francisco de Assis parecia banhada de uma luz e de uma grandeza sobrenaturais.

Mais polêmicas modernistas

O projeto da Pampulha foi indiscutivelmente uma das realizações felizes de Juscelino Kubitschek, a quem igualmente os mineiros devem o surto de renovação das artes visuais em Belo Horizonte.

Em 1944, ele, então prefeito de Belo Horizonte, patrocinou uma exposição de arte moderna na capital mineira, da qual Portinari participou, expondo diversas telas, entre as quais o polêmico "O galo". Na época, a imprensa mineira não entendeu, segundo Juscelino Kubitschek, o galo não-realista, com pescoço retorcido e a cara disforme e fez duras críticas à tela, que ocupava lugar de destaque na mostra. "O galo", mais tarde apelidada de "O olag" – galo ao contrário – acabou retalhado a gilete, na exposição.

O episódio não desanimou JK, aliás, motivou que o mesmo resolvesse fundar uma escola de arte na capital mineira, para abrir a cabeça dos conterrâneos para o que acreditava ser a genuína arte moderna.

Na mesma década, convidou e contratou Alberto da Veiga Guignard para dirigir um curso de pintura e desenho na capital mineira – medida oportuna e igualmente feliz para a renovação artística em Minas. Nascia assim, pelas mãos do mecenas, a famosa 'Escolinha do Parque', a Escola Guignard.

Vários dos alunos de Guignard haviam sido ajudantes de Portinari na realização de seu polêmico mural da Capela da Pampulha.

Juscelino Kubitschek foi homem de visão longínqua> Mineiro de nascimento, era cidadão do mundo e transitava liberalmente entre os maiores artistas plásticos do Brasil, que iluminaram a Escola Nacional de Belas-Artes do Rio de Janeiro, assim como junto aos mais aclamados entre a intelectualidade da época. Era íntimo de Di Cavalcanti, Guignard e Portinari, conhecido e reconhecido por todos como o mecenas dos mestres, assim como Assis Chateaubriand, o qual foi cofundador do MASP, junto com Pietro Maria Bardi.

Juscelino nos deixou um legado. Marcou não só uma época, mas toda a nossa forma e concepção de ver o mundo. Acreditou no que fez, honrou-nos com suas ideias as quais não ficaram somente em papel. Ele sim, em que pesem as adversidades, foi o grande mecenas da modernidade no Brasil.

Referências Bibliográficas

- BENTO, Antônio. *Portinari*. Léo Christiano Editorial Ltda: Rio de Janeiro, 2003.
- PORTINARI, Projeto. *Equipe do Projeto Portinari*. Pesquisadoras: Christina Scarabôto Gabaglia Penna, Noélia Coutinho dos Santos, Elisane Albernaz e Angela Mega e Chagas. Pessoas às quais devo eterna gratidão pelo relevante trabalho de catalogação, restauro e divulgação das obras de Cândido Portinari. Projeto esse levado à frente pelo nosso querido amigo - JOÃO CÂNDIDO PORTINARI, filho do grande mestre.
- BOJUNGA, Claudio . *JK, o artista do impossível*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2001 (ISBN 85-7302-407-0)
- OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. *Meu caminho para Brasília*. Volume 3: 50 anos em 5. Rio de Janeiro, Bloch Editores, 1978.



Os 150 anos da Itália unida e a imigração italiana em Minas

Luiz Carlos Biasutti

Desembargador do TJMG, aposentado

A passagem de Napoleão Bonaparte pela Europa, nos primórdios do Século XIX, disseminou os ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade da Revolução Francesa. Novos tempos, novos ideais! O Congresso de Viena, em 1815, que sobreveio às guerras napoleônicas, desgostou a maioria das nações europeias, ao impor um retrocesso nos ideais republicanos.

Muitos Italianos, frustrados pelas resoluções de Viena, formaram partidos nacionalistas, dispostos a expulsar os austríacos, que dominavam o norte da Itália, unificar o território em um só Estado e estabelecer um regime constitucional. Com este propósito, promoveram revoltas, o denominado “ressurgimento” e atuaram nas sociedades secretas dos carbonários e da “Jovem Itália”, sob a liderança de Giuseppe Mazzini. O fracasso dessas revoltas, sufocadas pelo Império Austro-Húngaro, parecia solapar para sempre o triunfo das idéias nacionalistas e o fim de uma Itália unida sob o regime republicano.

Anos mais tarde, recomeçou com êxito o movimento revolucionário, que redundou na sonhada unidade italiana. Não foi, entretanto, sob a forma republicana como pretendiam Mazzini e Garibaldi, este último considerado o “herói dos dois mundos” por sua luta no Brasil na Guerra dos Farrapos, ao lado da brasileira Ana Garibaldi, e sua participação na guerra da República Oriental do Uruguai contra o ditador Rosas.

Em 1861, nasce então o novo Estado italiano, mas como monarquia, proclamada por Vitor Emanuel II, rei do Piemonte e da Sardenha, que teve um extraordinário colaborador, Camilo Benso, Conde de Cavour, homem de grande capacidade de trabalho e habilidade diplomática. Em 1870, com a anexação dos Estados Pontifícios, Roma passou a ser a capital da Itália Unificada.

Os italianos no Brasil e em Minas

No começo do Século XX, a população do Brasil era de pouco mais de 21 milhões de habitantes. Minas Gerais, em 1910, possuía 4.277.000 e a jovem capital, Belo Horizonte, 20.000. O Brasil, ainda nos tempos imperiais, possuía muitas terras no Sul e Sudeste com escassa população. A Europa, no entanto, já alcançara mais de 400 milhões de habitantes e a grande maioria precisava de emprego, vida nova e melhor futuro para os seus filhos. Uma intensa propaganda foi feita em toda a Europa para

que as famílias buscassem a fortuna nas Américas e na Austrália.

Em seu livro *“L’Emigrazione dal Trentino”*, o historiador italiano Grosselli menciona terem havido duas importantes ondas de imigração em Minas Gerais: a primeira de 1880 a 1900 e a outra a partir de 1910. Diz também que, em tese, a entrada dos imigrantes em território mineiro se deu em função dos limites geográficos com os portos marítimos vizinhos. Foram, por esta razão, três as vias principais de entrada: São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Ainda em tempos imperiais, a partir de 1888, foram organizadas duas importantes colônias italianas em Minas Gerais. Conforme o jornal *“O Arauto de Minas”*, de São João del-Rei: No dia 3 de dezembro de 1888, chegou em São João del-Rei, em comboio especial da antiga Estrada de Ferro Oeste de Minas, a primeira leva de imigrantes italianos. Eram 102 pessoas, adultos e crianças, que formavam 22 famílias, recebidas calorosamente pelo povo, autoridades e banda de música. Foram todos para a hospedaria na Rua do Carmo, onde jantaram e pernoitaram. De lá foram encaminhados para a “Colônia da Várzea do Marçal”. Com a chegada de mais imigrantes perfizeram um total de 666, todos no mesmo núcleo.

A segunda colônia foi localizada a seis quilômetros de Barbacena e recebeu o nome de “Colônia Rodrigo Silva”. Prosperou muito e em 1911 contava com mais de 1.000 imigrantes.

Pelo porto de Santos, SP, veio a maioria dos imigrantes que, inicialmente, foram encaminhados para o Vale do Rio Paraíba do Sul e leste do Estado; mais tarde, transpuseram os limites mineiros e se dirigiram para a região de Poços de Caldas.

Em seu precioso livro intitulado *“Os admiráveis italianos de Poços de Caldas”*, Mário Seguso menciona a entrada de 462 italianos naquela localidade, famílias em geral numerosas que povoaram também as grandes fazendas dos arredores. Obras igualmente importantes sobre a região são: *“Monte Sião, amore mio”*, de Lourenço Guirelli Júnior e *“O velho Rossi: a integração de uma família italiana no Brasil”*, de João Batista Prado Rossi, sobre a região de Ouro Fino.

Pelo porto do Rio de Janeiro entraram grandes contingentes destinados ao território mineiro. O clima ameno da região de Juiz de Fora atraiu muitas famílias que, inicialmente, se fixaram ao redor da cidade e daí seguiram para Palmira (hoje Santos Dumont), Ubá, Cataguases e Astolfo Dutra. A esse respeito, merece ser lida a obra intitulada *“Imigrantes... reverências”* da professora Rosalina Pinto Moreira, publicada em 1999.

“Nas últimas décadas, a indústria, o comércio e a cultura vêm tendo a inconfundível presença italiana.”

Há relatos em periódicos de Trento, na Itália, sobre a presença de italianos em Passagem de Mariana, Ponte Nova, Rio Casca, Viçosa e Visconde do Rio Branco.

Através do porto de Vitória, ES, contingente importante veio para o território mineiro, localizando-se em localidades importantes do Sul e da Zona da Mata. Muitos trabalharam na construção da estrada de ferro Vitória - Minas. Outros se fixaram em Aimorés, Resplendor, Conselheiro Pena, Figueira do Rio Doce (hoje Governador Valadares), Itabira, São Domingos do Prata e João Monlevade.

A Itália em BH

Também importante a contribuição dos imigrantes italianos na construção de Belo Horizonte, nas áreas de arquitetura, comércio, indústria, música, artes plásticas, medicina, jornalismo, engenharia. Como exemplo, citamos o arquiteto Raffaello Berti, autor de 525 projetos, entre os quais os da Prefeitura Municipal, do Minas Tênis Clube, da Santa Casa de Misericórdia, da Igreja de São José e do Palácio Episcopal. Na música, o grande maestro Sérgio Magnani, o “arquiteto da música”. Nas artes plásticas, Alfredo Ceschiatti. Na medicina, Dr. Alfredo Balena e Prof. Luigi Bogliolo. No comércio e na indústria, Paulo Simoni, os irmãos Giuseppe, Domenico e Demetrio Costa (Massas Vilma), Arthur Savassi (massas, padaria e confeitaria), a família Peluso (restaurantes), Aleixo Falci (material de construção), D. Anita Uxa (fundadora e primeira presidente da Sociedade Amigas da Cultura). Enfim, em todas as áreas os imigrantes italianos trouxeram uma participação importantíssima para o progresso mineiro, sendo impossível citar todos.

De todo modo, convém registrar que o movimento imigratório italiano para Minas Gerais, tomou vulto com o advento da nossa República. A professora Carla Anastasia, em artigo publicado no livro “A presença Italiana no Brasil” (vol II, PAG. 219), cita: “Entre 1890 e 1901, dos 52.582 imigrantes que entraram em Minas Gerais, 47.096 (89,5%) eram italianos”.

Qual prenúncio de novos tempos, por volta de 1920, chega a Belo Horizonte o advogado ítalo-capixaba Américo Gasparini, que logo marca sua presença ao promover a reorganização da Sociedade beneficente de ajuda hospitalar e de amparo aos italianos e descendentes aqui radicados. Em 1928, ele se dedica ao “Palestra Itália”, o atual Cruzeiro Esporte Clube, tendo sido o seu primeiro presidente. Mais tarde, em 1942, vem consagrar seu nome com a fundação do hospital “Felício Rocho”, uma das maiores instituições hospitalares do Brasil.

Em 1994, é publicado pela Assembleia Legislativa de MG o “Dicionário Bibliográfico de Minas Gerais”, sob a coordenação de Norma de Góes Monteiro, contendo a biografia de 58 vultos importantes de italianos e descendentes do período republicano (1889 – 1891).

Nas últimas décadas, a indústria, o comércio e a cultura vêm tendo a inconfundível presença italiana, como a “Fundação Torino”, a fábrica de automóveis da Fiat e os diversos restaurantes típicos, onde é servida a autêntica comida italiana, tão saborosa. Diversas associações culturais Italianas se integraram à vida social e cultural dos mineiros.

Como se observa, há um campo inesgotável de pesquisa sobre o assunto: gerações se sucedem, sobrenomes italianos avultam nas mais diferentes profissões: profissionais liberais, empresários, magistrados, promotores de justiça, artistas, engenheiros, arquitetos, educadores, profissionais da saúde, políticos e tantos outros! Hoje contamos com o nosso governador de Minas Gerais, o ítalo-brasileiro Antônio Augusto Anastasia, e não podemos nos esquecer do já saudoso presidente Itamar Augusto Cautiero Franco, também ítalo-brasileiro.

Minas sempre acolheu, com satisfação, muitos “oriundi” procedentes de diferentes latitudes brasileiras. Aqui aportam, fincam raízes e logo se propõem a somar forças e contribuir para o enriquecimento cultural, econômico e social da nossa gente.

Com os italianos não foi diferente: o sangue italiano misturou-se com o dos nossos antepassados mineiros, trazendo mais alegria e vida para as históricas montanhas de Minas Gerais.

Referências Bibliográficas

- BIASUTTI, Luiz Carlos; LOSS, Arlindo; LOSS, Everaldo. *Roteiro dos Italianos e seus Descendentes em Minas Gerais* – Subsídios para uma História da Imigração Italiana. Belo Horizonte: Artes Gráficas Siracusa, 2003.
- COSTA, Rovílio; BONI, Luiz. A. *A Presença Italiana no Brasil*. Coleção Imigração Italiana. Fondaziane Giovanni Agnelli, 1990. v.II. Porto Alegre, Rio Grande do Sul.
- GROSSELLI, Renzo M. *Grosselli* – Colônias Imperiais – Na Terra do Café. Tradução Márcia Sarcinelli. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Vitória, 2008.
- GUIMARÃES, Maria Lúcia Monteiro. *Centenário da Colônia Italiana em São João del-Rei*. São João del-Rei: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei, 1998, v. 6.
- MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigrantes em Minas 1889 – 1930*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1999.
- PINTO, Rosalina Moreira. *Imigrantes... Reverências* (Italianos na Colônia Santa Maria), Astolfo Dutra. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 1999.
- SEGUSO, Mário. *Os Admiráveis Italianos de Poços de Caldas / 1884 1915*. Edição do Autor.
- VANNI, Julio Cezar; *Tutti Buona Gente* – Italianos na Zona da Mata. Niterói: Editora Comunità, 2009.

Meu caro Presidente,

Com o meu fraternal abraço, envio-lhe os meus melhores agradecimentos pelo envio da revista *MagisCultura*, lançada pela Associação dos Magistrados Mineiros – Amagis, que tem o seu brilhante comando. Tenho recebido todas as edições e gostaria de continuar merecendo esta gentileza dessa presidência. Quero dizer-lhe que toda a equipe está de parabéns pela qualidade do excelente trabalho.

Cordialmente,

Francelino Pereira

Membro da Academia Mineira de Letras, ex-Governador de MG e ex-Senador da República

NORMAS PARA ENVIO DE ORIGINALS

MagisCultura é uma Revista da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), destinada à publicação da produção cultural de juizes e desembargadores de Minas Gerais, em exercício ou aposentados.

Serão aceitos para publicação textos de ficção – contos, crônicas, pequenas novelas, poemas – ou de estudos – artigos, ensaios, resenhas – ou, ainda, ilustrações – fotografias, pinturas, reprodução de esculturas.

A seleção dos trabalhos será feita pelo Conselho Editorial (ver nomes no Expediente).

Os textos deverão ser enviados devidamente digitados, pelo endereço eletrônico da Revista (magiscultura@amagis.com.br) e conter o máximo de 10 mil caracteres.

As ilustrações deverão ser enviadas em formato compatível com a publicação e com resolução mínima de 300 dpi.

Os prazos para envio dos trabalhos serão divulgados pelo *site* e demais veículos de comunicação da Amagis.



Ciente de seu papel social, a AMAGIS também se preocupa com a preservação do meio ambiente: esta revista foi impressa em papel reciclado (70% pré-consumo, 30% pós-consumo).

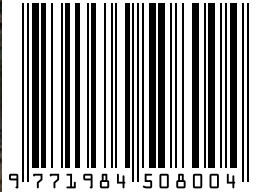


Apoio Cultural

CEMIG

A Melhor Energia do Brasil.

ISSN 1984508-1



9 771984 508004

OUERTAS A N
SA SENHORA
ROSARIO E